

ANO XIX– EDIÇÃO Nº1738 Major Sales-RN, quarta-feira, 04 de dezembro de 2024

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

MATERIAS DESTA EDIÇÃO

GABINETE DA PREFEITA

Instituição	Participante	E-mail/Contato
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Renato Coelho Angelim	renato.angelim@midr.gov.br
CMT Engenharia Ambiental	Camila Andrade	camila.andrade@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Wellington Rocha	wellington.rocha@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	João Antonio Pereira	joao.pereira@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Uyara Vasconcelos	uyara.vasconcelos@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Darlania Leandro	darlania.leandro@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Isabelly Carvalho	isabelly.carvalho@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Klinton Melo	klinton.junior@cmtengenharia.com.br
Prefeitura Municipal de Major Sales/RN	Servidores públicos e membros dos poderes executivo e legislativo municipal	—
Sociedade civil de Major Sales/RN	Vide lista de presença	—

1. DADOS GERAIS

Data: 10 de outubro de 2024.

Local: Centro Cultural Aprígio Matias de Oliveira, em Major Sales/RN.

Objetivo: Apresentar e validar as Propostas do Município de Major Sales/RN correspondente à terceira etapa da elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP).

Nº de presentes: 88 pessoas.

2. PAUTA

- Expor a dinâmica e o andamento da elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo de Major Sales/RN;
- Apresentar e validar as Propostas do PDMP de Major Sales/RN, abordando os seguintes temas: Macrozoneamento Municipal, Zoneamento Rural, Zoneamento Urbano, Quadro de Propostas por Tema, Instrumentos de Política Urbana/Territorial e Parâmetros Urbanísticos e Edifícios;
- Convocar o Poder Público Municipal e a sociedade civil para, de forma participativa e democrática, contribuir com a construção e aprovação das Propostas do PDMP;
- Ouvir os posicionamentos dos participantes da Terceira Audiência Pública, bem como suas colocações e contribuições acerca das apresentações realizadas pelos munícipes, em parceria com a equipe multidisciplinar do PDMP em Major Sales/RN, durante esta 3ª Audiência Pública.

3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 10 de outubro de 2024, no Centro Cultural Aprígio Matias de Oliveira de Major Sales/RN, foi realizada a Terceira Audiência Pública para apresentar e validar o Documento de Propostas do Plano Diretor Municipal Participativo de Major Sales/RN aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, aos servidores públicos, às lideranças comunitárias e à sociedade civil presentes.

Inicialmente, a mestre de cerimônias, Uyara Vasconcelos (CMT) saudou a todos os presentes: “Senhoras e senhores, bom dia! É com grande satisfação que saudamos e agradecemos a todos os presentes neste evento em nome do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Iniciamos neste momento a cerimônia de abertura da Terceira Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo em Major Sales. O objetivo geral do Programa de Apoio Técnico às Prefeituras para elaboração dos seus Planos Diretores é possibilitar a criação de ações estratégicas que deverão ser implementadas pelo Poder Público visando o reforço da infraestrutura, serviços e dos instrumentos de gestão administrativa nas municipalidades consideradas, de modo a equipá-las para responder às possíveis demandas que advirão com a implantação do empreendimento, garantindo que as mesmas não afetem prejudicialmente a



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

estabilidade dos centros urbanos envolvidos, assim como o bom desenvolvimento das atividades concernentes às obras.”

Em seguida, foram convidados para compor a mesa de honra representantes do Poder Público, da sociedade civil presente e da CMT Engenharia Ambiental (CMT) : “Convidamos para compor a mesa representando o Poder Executivo, a prefeita do Município de Major Sales, a excelentíssima Maria Elce Fernandes. Representando os vereadores do município de Major Sales, a presidente da Câmara de Vereadores, Damiana Maria. Representando o Poder Público municipal de Major Sales, convidamos o servidor público municipal senhor Rodrigo Maia. Representando a CMT Engenharia Ambiental, a senhora Camila Andrade, coordenadora do PBA 11. Representando o PBA 11, o senhor Klinton Melo, arquiteto urbanista do PBA 11. Representando o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, doutor Renato Coelho Angelim. Representando a sociedade civil, o doutor Thales André Fernandes. Representando a sociedade civil, a munícipe Maria José de Freitas Silva.”

Na sequência, todos foram convidados a ficarem de pé para prestigiarem a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Municipal de Major Sales/RN.

Logo após a execução dos hinos, Uyara Vasconcelos (CMT) convidou o grupo cultural “Somos Estrelas da Terra”, da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Major Sales/RN, para se apresentar.

Ao término da apresentação, os componentes da mesa de honra foram convidados a proferir suas respectivas falas: “Dando sequência ao evento, passaremos o uso da fala à mesa aqui presente. Com a palavra, representando a sociedade civil, a munícipe Maria José de Freitas Silva.”

Maria José de Freitas Silva, líder comunitária da sociedade civil: “Bom dia a todos, autoridades aqui presentes, excelentíssima prefeita Maria Elce e os demais, toda a população em geral, dizer da satisfação de hoje poder representar aqui a sociedade civil, nesse projeto tão valioso para o bem comum do nosso Município, onde a partir do Plano Diretor, nossa população passará a ter, além de muitas outras coisas, uma melhor qualidade de vida. Agradeço a iniciativa do Governo Federal através da Transposição do Rio São Francisco e o Núcleo Gestor aqui no Município. Dizer que estamos muito agradecidos, satisfeitos. E sejam todos bem-vindos e tenham um bom dia.”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Thales André Fernandes, liderança da sociedade civil: “Bom dia a todos. Gostaria de saudar aqui a mesa, nossa prefeita Maria Elce, representando o Executivo Municipal, a presidente da Câmara, a vereadora Damiana, representando todos os vereadores que estão aqui presentes, a sociedade civil aqui representada na pessoa de Beta, nossa amiga da Fazenda Nova, os representantes aqui do Ministério, da CMT Ambiental, todos aqueles que participaram desses momentos de reflexão, de união, de sentimentos, de desejos para um futuro melhor na cidade de Major Sales, que estão aqui hoje enumerados, digamos assim, dentro de um catálogo de ações a serem desenvolvidas pelos próximos dez anos. O Plano Diretor representa um plano profundamente estudado, altamente qualificado, com profissionais qualificados em suas áreas, cada um com as suas atividades específicas, onde foi estudado profundamente o nosso Município, zona urbana e zona rural, e assim foram delimitadas as ações a serem direcionadas para o Município para os próximos anos. Ações de curto, médio e longo prazo. Ações que vão desenvolver melhor, com mais qualidade, o nosso Município, tanto a zona urbana como a zona rural. E depois de meses, né, Camila, aqui trabalhando, ouvindo as pessoas, fazendo as reuniões comunitárias, a gente chega agora à terceira e última audiência pública, que é essa que nós estamos para apresentação das propostas finais, aquilo que vai virar um projeto de lei, que vai ser aprovado pela Câmara Municipal de Major Sales e vai virar lei para ser aplicado para todos nós. São planos que visam um futuro melhor, o futuro da nossa cidade, o desenvolvimento de forma adequada, qualificada, no saneamento básico, no abastecimento, no meio ambiente, no desenvolvimento urbano e rural, no desenvolvimento urbano na questão da área comercial, da área residencial, das áreas institucionais de interesse público e interesse privado do Município. Tudo aquilo está direcionado e dimensionado, bem direcionado dentro do Plano Diretor que aqui foi colocado. Isso é um sonho que a gente tinha, eu que fui prefeito daqui, tinha um sonho um dia de fazer também um plano de diretor como esse, mas pelos recursos poucos do Município a gente não tinha condições de contratar. E veio o Rio São Francisco, que muitos não acreditavam, é o projeto de Transposição do Rio São Francisco. E hoje a gente já começa a colher os primeiros frutos da Transposição do Rio São Francisco com esse grande empreendimento, digamos assim, posso dizer, que é a construção do Plano Diretor de Major Sales, um plano participativo, porque ouviu primeiramente as pessoas, os desejos das pessoas, os anseios das pessoas que moram, residem e sentem o dia a dia nas comunidades, nos seus bairros, lá na ponta, o que realmente necessitam para que a gente





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

possa desenvolver a cidade de uma forma melhor. Então hoje a conclusão Maria Elce, de tudo isso, de um trabalho grandioso, onde aqui quero parabenizar a todos vocês que fizeram parte disso, em nome de Camila e toda a sua equipe, Camila, eu digo meus parabéns por um grande trabalho apresentado para Major Sales e tenho certeza que Maria Elce, nos seus próximos quatro anos, terá consigo um instrumento valiosíssimo, riquíssimo, para implementar as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento de Major Sales para que a gente possa ter um futuro ainda melhor. E assim a gente conta com a participação fundamental de cada um de vocês, porque o poder público faz a parte dele, mas nós como cidadãos lá na ponta também temos essencialmente o dever legal de cumprir com os nossos deveres do dia a dia como cidadão, privado, uma coisa cada uma, como se fosse uma coisa nossa de verdade. Então a gente cuida da nossa cidade como se fosse nossa. Não é pra jogar lixo em rua, jogar esgoto em rua, né? Quebrar carro público, tem jeito que anda num carro e bata a porta, eu já vi gente bater. Isso é da prefeitura mesmo? É não, é seu. Então tudo que é público, as praças públicas, aquilo que é público, os prédios públicos, são zelados por cada um de nós, mas por mais ainda pelos cidadãos. Então é isso que faz com que a cidade desenvolva. É uma união do Poder Público e das pessoas que estão lá na ponta que fazem com que a cidade possa crescer cada vez mais. É o que a gente deseja para Major Sales, é um futuro ainda melhor, como a gente costuma dizer aqui. Nós esperamos muito mais. Então, parabéns a todos, parabéns ao Município por ter prestado todo o apoio à frente desse grande trabalho, parabéns à empresa que aqui esteve. Agradecemos ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, MIDR, a toda a sua equipe que esteve aqui junto e dizer que vamos juntos de mãos dadas por uma Major Sales cada vez melhor. Muito obrigado.”

Rodrigo Maia, servidor público da prefeitura de Major Sales: “Bom dia a todos. Diante das palavras de Thales não tem muita coisa que falar em relação ao Plano Diretor. Mas em nome da prefeita, Maria Elce Fernandes, desejo saudar a todos, a comunidade no geral, que foi a maior participação da construção do Plano Diretor, que todas as suas propostas estão nesse Plano Diretor, para que o Poder Público possa executar e trazer uma qualidade de vida maior para a comunidade de Major Sales. Só tenho a agradecer a presença de todos vocês e muito obrigado.”

Damiana Maria, presidente da Câmara de Vereadores de Major Sales: “Bom dia a todos! Saudar aqui a mesa, no nome da nossa prefeita Maria Elce, nosso ex-prefeito Thales, representando a





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

sociedade civil, como também a minha amiga Beta, inclusive está aniversariando hoje, nosso amigo Rodrigo, que fez essa articulação local, o Ministério Público na pessoa de senhor Renato, Camila, que esteve coordenando todo o processo do Plano Diretor aqui em nosso Município e dizer que é uma satisfação podermos estar aqui para terceira e última audiência depois de todo um trabalho feito aqui em Major Sales. Gostaria também de parabenizar e também em nome da Câmara Municipal aqui saudando à minha vice-presidente Betânia, os demais vereadores, secretários, representantes das escolas, da sociedade como um todo, então para toda a comunidade de Major Sales é uma alegria, como disse Thales, era um sonho e através do Ramal da Apodi, da Transposição do Rio São Francisco a gente pôde ter de presente este Plano Diretor para Major Sales. Então é um Plano que vai ser apreciado pela Câmara, votado, e também é o nosso dever, ajudar o Executivo a executar o Plano que foi feito pela população, porque o que está contido no Plano é o anseio, são as propostas que a população anseia e quer para que a gente possa ter uma Major Sales cada vez melhor em toda a sua estrutura, na área urbana e na área rural. Então, obrigada e tenham todos um bom dia.”

Maria Elce Fernandes, prefeita de Major Sales: “Bom dia. Bom dia alegre. Ah, agora tá bom. Então, gente, aqui é dizer da felicidade que a gente está aqui nesse momento de receber esse grande presente. Quando Camila, da CMT, esteve aqui no nosso Município dizendo que o Município ia ser contemplado com um Plano Diretor Participativo, vocês não imaginam a alegria que a gente teve, né? Então, o Ramal do Apodi chegando aqui em Major Sales, o rio São Francisco passando aqui na nossa cidade, no nosso Município e só tenho que agradecer, à Deus primeiramente e ao Governo Federal por estar nos proporcionando tamanha alegria e dizer que a gente está aqui pronto. Pronto, Rodrigo, Renato, né? Renato, do Ministério aqui, para fazer com que isso aconteça, né? A gente ouviu cada um de vocês, a comunidade em geral, os anseios de cada um, o que a gente poderia melhorar na nossa cidade, na zona urbana e na zona rural. Então, enfim, o que depender do Município, vamos estar prontos, ao lado da Câmara que vai se transformar em lei e a gente vai cumprir com a ajuda de cada um de vocês. Porque foi vocês que deram a ideia, surgiu da ideia de vocês e as pessoas aqui que estão à frente desse plano não são pessoas que são leigas, são pessoas que realmente tem uma formação especializada. E quem somos nós para dizer não a essas pessoas? A gente só tem que agradecer a elas por estar nos proporcionando, nos dando de presente esse grande bem para o nosso Município. Major Sales agora vai ter um





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

norte, então à gente basta seguir. Vamos seguir direitinho. Eu sei que vai ser um pouquinho difícil no início, mas vamos divulgar, colocar nas redes sociais, porque aqui tem uma pequena parte, mas a gente colocar nas redes sociais, vamos para a rádio, vamos divulgar cada passo que a gente for fazer, tudo que tiver no Plano, durante esse período todinho a gente vai ficar divulgando, dizendo o que vai ser feito, como vai ser feito, vamos buscar recursos, vamos olhar onde é que tem recurso para a gente trazer, construir esse Plano juntos, tá certo? Então é isso que frente mais uma vez desse Município para poder fazer com que isso aconteça. Muito obrigada a todos vocês, obrigada também a todos vocês que participaram, muitas vezes não pude estar presente em virtude do período eleitoral, mas foi um sucesso, parabéns, obrigado, agradeço a cada um de vocês por ter vindo fazer isso acontecer, tá bom? Então um abraço e vamos em frente.”

Klinton Melo (CMT): “Bom dia a todos, a todos aqui da mesa e a todos os presentes. Acho que o doutor Thales, ele explicou, falou muito bem do que é e da importância do Plano Diretor. E eu gostaria aqui de parabenizar, é uma satisfação muito grande de chegar na terceira audiência e ver rostos conhecidos aqui das pessoas que estiveram na primeira audiência, que acompanharam todo o processo, que participaram das oficinas. Enfim, a gente cria relações assim também, né? E foi muito bonito de ver o processo de Major Sales, a participação, o interesse das pessoas, a prática cidadã de fato, de buscar pelos direitos, buscar a melhor forma do desenvolvimento do Município. E nós do PBA11 agradecemos a participação de todos vocês, parabenizamos também os secretários do Poder Público que deram todo o suporte, sempre estavam presentes e preocupados com o que a gente estava desenvolvendo. Modéstia à parte acho que a gente fez um bom produto e isso graças também à participação de todos vocês. Major Sales tem um futuro brilhante aí pela frente. Parabéns a todos. Obrigado.”

Camila Andrade (CMT): “Bom dia a todos. Gostaria de saudar à mesa e aos presentes. Acho que todas as falas aqui, de certa forma, contemplaram o que eu penso, o que eu iria falar. Então vou me resumir aqui a agradecer, primeiramente, ao povo que participou maciçamente. Hoje a gente tem mobilizado diretamente, ou seja, pessoas que participaram de todos os eventos aqui em Major Sales, cerca de quinhentas e cinquenta pessoas, aqui eu fiz uma contagem aqui por alto, entre quinhentas e cinquenta a seiscentas pessoas, isso é um número significativo. E de ser assim, como meu colega falou aqui, doutor Thales, a gente se debruçou muito para entregar o melhor Plano Diretor possível com tudo aquilo que Major Sales precisa e merece. Então hoje a gente



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

agradece e agradeço, especialmente como já foi dito pelo meu colega, à prefeitura que abraçou o nosso trabalho e gostaria de fazer um agradecimento especial a Rodrigo, que é o nosso ponto focal no Município, era o elo entre a gente e a prefeitura e que abraçou o trabalho. Ele para mim é um exemplo de ponto focal. Eu queria, inclusive, que duplicassem Rodrigo, viu minha gente? Então eu vou pedir que vocês façam uma salva de palmas para Rodrigo. E é isso, agradecer. Tem alguns rostos aqui que a gente identifica desde o início. Nos colocamos à disposição. Quero passar aqui, daqui a alguns anos, e visualizar tudo que a gente pensou, se debruçou, vendo como realidade, as obras, tudo que a gente pensou aqui, a gente até sonha com os Municípios. Eu estava comentando aqui com a prefeita, com o ministério, que a gente até sonha. Então o sonho de vocês também é nosso sonho. E é isso. Que Major Sales cresça. Major Sales tem tudo, né?. Eu estava conversando também com a prefeita. Enquanto urbanista, eu acredito muito na revolução do pequeno. E hoje, Major Sales tem um instrumento de extrema importância, e bastante detalhado, de vida e justiça social. Obrigada, gente!”

Renato Coelho Angelim, representante do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional: “Bom dia a todos, a toda a sociedade que está aqui presente, o pessoal da mesa, o prefeito, a Thales, o Rodrigo, aos demais. E tem o lado bom e o lado ruim de você ser o último a falar. O lado ruim é porque todo mundo já falou praticamente tudo que era necessário ser falado. E o lado bom é que você pode aproveitar o porquê que cada um falou e se for possível complementar. E aqui eu queria complementar algumas coisas. A primeira delas é que o Plano Diretor, como o doutor Thales falou, ele é um plano que vai se transformar em uma lei, um documento, mas que ele não é uma coisa estática. A gente fez o Plano Diretor do Major Sales, e não é um documento inalterável. Não é. Ele é um plano que é passível de melhorias. Então, todo esse movimento, essa organização da sociedade, da prefeitura, dos técnicos, do Estado, do Governo Federal, está para se adaptar à realidade. A realidade hoje é essa que foi desenhada com o plano, pelos próximos dez anos, que seja. Então nesse período aí, podem ocorrer eventos que a própria prefeitura, a própria sociedade civil entenda que esse plano pode ser melhorado. Outra coisa que eu peguei aqui da fala do pessoal da mesa, que o doutor Thales falou, da importância de a sociedade como um todo ter o zelo pela coisa pública. O Plano Diretor também, para ele funcionar ele tem que ter essa conscientização da sociedade. Outra coisa que foi falado aqui, a prefeita falou que o Plano foi elaborado por técnicos e que os técnicos detêm o conhecimento para que o documento seja

3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

bem feito. Eu concordo. Mas o documento é produto da realidade que vocês passam para os técnicos. O técnico tem um conhecimento técnico, um conhecimento genérico. Por isso que os técnicos da CMT estão aqui, para entender a realidade local. Não adianta a gente trazer o Plano Diretor de um Município maior, mais desenvolvido e tentar aplicar ele a um Município menor, porque Major Sales tem as suas especificidades. Então todo o trabalho em campo foi feito com base nisso, para que a gente não tenha um Plano Diretor ideal, mas que a gente tenha o melhor plano possível para a realidade de hoje. Com prazer pessoal, eu não tive a oportunidade de participar da primeira audiência, eu fui participar da segunda e fui convidado para participar da terceira. E espero estar aqui mais vezes em Major Sales, à medida do momento que a obra for se desenvolvendo. Um bom dia a todos.”

Após conclusão das falas, Uyara Vasconcelos (CMT) pediu que todas as autoridades voltassem aos seus lugares para dar prosseguimento às apresentações, e passando os informes gerais sobre como se procederia a audiência pública de Major Sales/RN.

Em seguida convidou para fala, a senhora Camila Andrade (CMT Engenharia).

Camila Andrade: “Bom dia, gente. O Núcleo Gestor, presente? Eu vou trazer um breve retrospecto, rememorar um pouco a nossa caminhada aqui no Município e depois vou apresentar a ordem do dia, o que é que a gente veio fazer hoje. Vamos lá. É que como o espaço é um só para as três coisas, vai demorar um pouquinho. Vocês chegaram a ler o documento? Tem os mapas também aí, viu? Eles são de vocês. Esses mapas resumem o que nós vamos apresentar aqui, né? Mas eu já vou começar e depois a gente segue a apresentação. A gente chegou aqui em maio. São cinco meses de trabalho no Município. A gente fez a Visita Institucional, a gente realizou a Oficina do Núcleo Gestor com a capacitação. A gente fez a Primeira Audiência. Nós rodamos todo o Município realizando as Leituras Comunitárias. Depois a gente fez a Segunda Audiência, a Oficina de Propostas e por fim... Depois a gente vai ver como aumentar isso, né? Vocês estão enxergando daqui? Daí, estão vendo bem? Então vamos lá. Aqui tem... Lembra que no início eu mostrei essas etapas pra vocês? Nós estamos aqui. Lembra que eu falei que a CMT ela vai até aqui? Mobilização inicial, Primeira Audiência, Leituras Comunitárias, Segunda Audiência, apresentação do Diagnóstico. Depois a gente realizou Oficina de Propostas, discutimos os Zoneamentos com vocês que estão aí na parede. Trouxemos também os parâmetros urbanísticos e edíficos que são as regras que a gente coloca no Plano Diretor para que a cidade, as construções e a cidade se



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

expandam com uma lógica sustentável então assim, aquilo ali na verdade traz os deveres, enquanto cidadãos, urbanísticos, justamente para que as constituições, por assim dizer, ao longo da cidade, elas sejam implementadas de forma sustentável, sem invadir o espaço do outro.”

Neste momento, devido a uma interrupção inesperada ocorrida em função de uma queda de energia elétrica do espaço onde estava sendo realizada a audiência, houve uma interrupção abrupta no evento, que foi retomado aproximadamente dez minutos depois, como segue abaixo. A apresentação foi pausada durante esse processo e não se perderam registros de fala e vídeo da audiência.

Camila Andrade deu sequência a sua fala: “Vou retomar de onde eu parei, viu gente? Aqui, as fotos. Então aqui no primeiro momento a gente entregando o ofício do Ministério informando que o trabalho iria ser iniciado. Está aqui nossa colega Alana, que está em licença-maternidade. A gente procurou a equipe de governança para dizer o que é que ia ser feito, como, por quê e qual tipo de parceria que a gente precisava estabelecer com a prefeitura. Aqui nossa Primeira Audiência, aqui a Oficina do Núcleo Gestor. Aqui as nossas reuniões técnicas, na prefeitura, no campo. Aqui, as nossas lindas Leituras Comunitárias, um trabalho belíssimo em que a gente foca realmente na dialogicidade, em que vocês preencheram os cadernos e discutiram os pontos do Plano Diretor e cada comunidade rural foi contemplada durante a discussão. Não ficou uma comunidade de fora. E que foi a partir do Diagnóstico que a gente apresentou em agosto que a gente construiu as propostas. Primeiro a gente viu o que estava bom, o que estava ruim, para poder construir as propostas, lembra? Aqui é a nossa Oficina de Propostas, né? Aqui também é a nossa Oficina de Propostas, aqui é a nossa mobilização social, sempre em campo, sempre com vocês aí, né? Nossa colega Uyara. Aqui as capas dos nossos produtos. Essa foto aqui a gente fez de drone aqui no Município. A gente fez um levantamento de drone também. Aqui. E o documento que a gente vai discutir hoje, que na verdade não é um documento, mas são vários documentos dentro de um único documento, ele foi disponibilizado impresso na prefeitura. Lembra que eu falei lá no grupo do Núcleo Gestor no *WhatsApp*? Foi disponibilizado para quem quisesse acessar a versão impressa. E a gente também disponibilizou no Diário Oficial *online*, no dia vinte e cinco de setembro, o diário de vinte e cinco que saiu no dia vinte e seis, com antecedência para que vocês tivessem ciência do que a gente ia falar hoje. Vamos falar hoje, na verdade. Quem ainda não viu, não leu, tem uns *QR codes* afixados nas paredes que vocês vão ter



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

acesso a esse documento. Tem também os mapas, como eu falei anteriormente, esses mapas eles resumem tudo que a gente vai falar aqui, certo? Então aqui está a ordem do dia. Como é que vai ser hoje? Esses aqui são os temas. Primeiro a gente vai fazer uma apresentação. O uso do solo rural, depois o uso do solo urbano e os parâmetros urbanísticos que eu mencionei. Depois a gente vai abrir para a relatoria, que são as apresentações das propostas por tema. Nisso a gente vai ter alguns intervalos. A própria apresentação sinaliza o momento de cada intervalo. E também a mobilizadora, Uyara, pode informar. E tem um intervalo no final da manhã um pouco mais longo para a gente almoçar. Certo? Então, para quem não é relator, a gente trouxe aqui um esquema da estruturação das propostas. Então, a gente tem aqui a diretriz, que é a meta maior a ser alcançada, o tema. Temos os programas e temos as ações. Esse documento a gente vai aqui na Audiência até as ações, mas quem leu ele, ou na *internet*, tem a zona de abrangência, área de abrangência, justificativa, por que a gente está colocando aquilo, com o que é importante para a prefeitura executar. E a gente também colocou, dimensionou prazo. O que é de curto prazo, o que é de médio prazo, o que é de longo prazo. Com base, primeiramente, na questão do risco, acesso à água, que são, por assim dizer, questões primárias e em função também do orçamento existente, também dá indicação para a prefeitura de onde buscar o recurso para executar o que a gente está propondo e que a gente está propondo juntamente com vocês para o Plano Diretor de Major Sales, certo? Mas hoje, porque senão fica muito longo, nós vamos apresentar as ações. Mas esse documento... está tudo lá desde o dia vinte e seis de setembro na *internet* e na prefeitura, certo? A estrutura é essa aqui, para quem não conhece. Então vai ter o programa aqui e aqui as ações que os relatores vão apresentar para a gente, para a plenária, certo? Então é isso. Está aberta a terceira audiência pública e última do Plano Diretor de Major Sales. Vou convidar aqui meu colega João, que vai iniciar com a apresentação na escala municipal e rural. Obrigada.”

João Pereira, geógrafo (CMT): “Bom dia pessoal, é como a Camila já introduziu, é um prazer estar aqui novamente conversando com vocês e apresentando aquilo que a gente está trazendo de propostas pensando o desenvolvimento do Município de Major Sales. Então, para resumir. A gente parte pensando o Município na escala maior, territorialmente assim falando, e a gente vai ampliando, no caso o *zoom*, ampliando o olhar da gente para as especificidades do Município. Nesse sentido, a gente propõe essa divisão, essa divisão estabelecida já na verdade na lógica de subdividir o Município em macrozona, em zona urbana e zona rural. A macrozona urbana é

3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

composta pelo perímetro urbano que a gente está propondo. Como a gente não tem distritos estabelecidos no Município, se a gente tivesse distritos aqui no Município, eles também comporiam a macrozona urbana. Como a gente não tem, então a macrozona urbana aqui do Município, ele se refere à sede. Em toda a área que não faz parte da macrozona urbana, ela compreende a macrozona rural. Aqui a gente tem impresso o mapa, aqui nas paredes nas laterais. E aqui pra vocês, como a gente tem um Município que não é tão grande em termos de extensão territorial, a gente tem aqui a sede urbana, que é essa mancha, esse polígono em rosa, em função do desenvolvimento histórico, do crescimento do Município e da história dele, 80% basicamente da população mais ou menos vive na zona urbana. O que não quer dizer que, apesar de ser aproximadamente 20% da população se residir na zona rural, ela tem uma grande importância, uma grande influência no desenvolvimento do Município, porque grande parte das atividades econômicas que o Município desempenha está vinculado à zona rural. E aí cada uma dessas zonas, tanto a zona urbana quanto a zona rural, ela tem diretrizes, ela tem especificidades que o Município fica responsável por coordenar. Então, na macrozona urbana, é a área permitida ao parcelamento do solo para fins de cobrança, fins urbanísticos e de cobrança de IPTU, e o poder público é o que fica responsável por licenciar o parcelamento e as construções e fiscalizar como é que se dá a evolução do uso do solo na zona urbana. Na zona urbana também é o Município que fica responsável por dotar de infraestrutura. Então por isso é importante que essa distinção de urbana e rural faça jus, faça sentido em relação aos usos que a gente já tem agora e às tendências futuras para que o Município ele não tenha a obrigação de dotar de infraestrutura áreas que não tem a vocação urbana. Então essa divisão rural-urbana é importante, é fundamental na verdade, para isso, para a gente ter um desenvolvimento, para a gente ter o uso e as obrigações do Poder Público relacionados a, de fato, o que faz sentido com o uso do solo do Município. Já na zona rural, o Município também fica responsável por fiscalizar... quais são os usos, as atividades que se desenvolvem lá, para que a gente garanta um crescimento, um desenvolvimento socioeconômico, territorial e ambiental sustentável, pensando nos desenvolvimentos sustentáveis do Município. Pensando para além dessas zonas rural-urbanas, a gente tem, cada uma delas vai ser subdividida em zonas menores. conforme as especificidades que a gente indica, a gente observa as necessidades e indica diretrizes específicas para ele em relação a infraestrutura, em relação aos tipos de uso, em relação às demandas da comunidade,



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

da sociedade. Além disso, a gente ainda tem as áreas de diretrizes especiais, que são outras localidades ou áreas pontuais que necessitam a partir das suas especificidades de diretrizes outras complementares em relação à zona que ela está inserida. Então no mapeamento, tanto na zona rural quanto na zona urbana, isso vai ficar bem claro por conta da diversidade de usos, da diversidade de ações que se desenvolvem no território. Aqui a divisão rural-urbano. E quais são as zonas que a gente está pensando para o rural e para o urbano? Na zona rural, tem a Zona de Proteção Ambiental, a Zona de Atividades Agrícolas de Interesse Social, a Zona de Atividades Agropecuárias e a Zona de Restrição e Proteção do PISF, que é o Ramal do Apodi, a obra que motivou a nossa vinda aqui para o Município de Major Sales. No ambiente urbano a gente tem a Zona de Interesse Especial, a Zona de Expansão Urbana, a Zona Especial de Interesse Social, a Zona de Urbanização Controlada, a Zona de Agricultura Urbana e a Zona de Urbanização Controlada. Essa aqui do ambiente urbano, o Klinton vai apresentar para vocês um pouquinho mais à frente e eu vou me deter aqui a externar para vocês a Zoneamento Rural. E vocês conseguem perceber que aqui essa grande mancha amarela que é predominante no Município, mais de 60% do Município, é correspondente à Zona de Desenvolvimento Agropecuária. Então, é nessa grande mancha, nessa grande territorialidade do Município que se desenvolvem atualmente as atividades agropecuárias. Então, tanto de pastagem quanto de agricultura. E nessa, em cada uma dessas zonas aqui, a gente propõe diretrizes específicas para que esses usos se deem da melhor forma possível, tanto pensando no desenvolvimento econômico do Município quanto na preservação ambiental. Então nessa grande área de desenvolvimento para a agropecuária, a gente indica, por exemplo, uma maior atenção em relação à assistência técnica, uma maior atenção em utilizar práticas sustentáveis, práticas produtivas sustentáveis, para que no Município, ao longo do tempo, vá se desenvolvendo a atividade agropecuária, mas que não gere muitos impactos, não continue gerando muitos impactos para o meio ambiente. A gente está vivendo, na verdade, um contexto de mudanças climáticas, de variabilidades climáticas. Se vocês estão à par, lá nos Estados Unidos está para chegar um furacão de magnitudes que nunca aconteceu. Então, a gente não tem nesse sentido catástrofes como essa, mas a gente tem a questão da seca. Então, a gente tem a questão da variabilidade das chuvas, a gente tem que pensar de forma que o nosso conviver com aquilo que o meio ambiente fornece para a gente. Então a gente tem que pensar em reaproveitamento de água, a gente tem que pensar em um





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

aproveitamento melhor das infraestruturas para que a gente consiga produzir mais com menos recurso. Então é nisso que versam as ações pensando no desenvolvimento agropecuário do Município. Para além disso, a gente ainda tem as Zonas de Proteção Ambiental 1 e 2. Vou começar pela Zona de Proteção Ambiental 2, que é esse verde um pouquinho mais claro, que são as áreas de vegetação ainda menos impactadas, menos tocadas pela sociedade. São as manchas de vegetação ainda nativa do Município. Então, para essa área, a gente indica alguns usos, como, por exemplo, o desenvolvimento da apicultura, que é uma atividade que não impacta muito no meio ambiente, uso do ecoturismo, a destinação, por exemplo, de áreas de reserva legal. Então tudo isso é interessante para manter a qualidade, para manter a condição ambiental desses estratos de vegetação que a gente ainda tem presente no Município. Para além dela, a gente também tem a Zona de Proteção Ambiental 1, que é uma zona de proteção mais restrita, e ela está aqui basicamente ao longo dos riachos e ao entorno dos reservatórios do Município. Isso aqui é, na verdade, uma espacialização do que diz o Código Florestal Brasileiro, a Lei Ambiental Brasileira, e coloca ela no papel, coloca ela no mapa, traz ela para o espaço, o espaço físico no caso. Quais são os rebatimentos da lei, o que a lei indica para essa especificidade territorial. Então, essa faixa de proteção é muito importante para manter a qualidade da água, para manter a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos, para garantir que a gente tenha água e água de qualidade, por exemplo, para as futuras gerações. Então é fundamental a importância que seja respeitada às diretrizes e o que a lei já preconiza, na verdade. E aí para além disso, a gente indica o estudo, na verdade, do detalhamento específico das áreas de proteção para que os usos que se desenvolvam nelas sejam adequados ao que a Lei Ambiental Brasileira já preconiza. Então a redução do uso de agrotóxicos, de fertilizantes, a redução do desmatamento, a diminuição do uso das minis atividades poluidoras, por exemplo, dentro dessas áreas de proteção. Então, tudo isso está elencado nas propostas e espacializado no zoneamento. Como o Município também, muito da característica de produção dele se desenvolve ao longo dos riachos, a gente também considera isso no zoneamento e aí essa zona aqui em laranja com a borda mais escura que é a área de proteção permanente ao longo dos riachos onde já se tem a atividade agropecuária. Então para essas áreas que já são áreas consolidadas de uso, a gente indica por exemplo a substituição de culturas de ciclo longo para culturas de ciclo mais curto, a redução e a diminuição na verdade, e talvez a eliminação do uso de agrotóxicos para que a gente não tenha contaminação dos corpos





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

hídricos. Infraestruturas que estejam localizadas dentro dela, elas passam por uma realocação para que a gente tenha essa adequação da área de preservação. O uso nessas áreas de preservação deve servir na verdade também ao interesse público, então por exemplo, uma necessidade de instalar uma passagem molhada, uma estrutura que seja necessária ao trânsito das pessoas, então esses tipos de uso que levam em consideração o interesse coletivo, elas são indicadas para essas áreas. Para além disso, a gente tem as áreas de Zona de Proteção e Restrição do PISF, que é essa área em cinza aqui, que vai ser a área desapropriada para a instalação do empreendimento. E é interessante e é importante destacar isso aqui, que é a necessidade da contribuição da população no sentido de manter preservado a área do empreendimento. Então essa área toda vai ser cercada. Ela não pode, por exemplo, o canal não pode ter uso recreativo, eu não posso fazer deposição de resíduos sólidos lá, eu não posso circular livremente porque é um fator de risco para as pessoas que podem, inclusive, se acidentar, cair dentro do canal, por exemplo, quanto manter a preservação da qualidade da água do empreendimento. Então é um recurso tão caro, tão valioso, que precisa ser protegido com a contribuição da população. Além disso, a gente tem as áreas de diretrizes especiais. Aqui no Município tem a ADE de Abastecimento, que a gente está propondo, que é a bacia de contribuição, a bacia hidrográfica de contribuição ao longo do Açude Gessem, que os usos que se desenvolvem por lá, que aí tem um pouquinho só de uso agropecuário perto dele, não impactem de forma negativa na qualidade da água, que não se tenha adensamento da ocupação também nessa área aqui para que não exista uma pressão na qualidade da água do reservatório, que serve para o abastecimento do Município. Para além dele, a gente tem a ADE de Centralidade Rural, que é aqui no Sítio Fazenda Nova, que ele atua como um polo ofertante de serviços para o Município atualmente. Então, é interessante que esses serviços, essa infraestrutura que já tem lá no Sítio Fazenda Nova, ele sirva para a população no sentido de tirar a pressão um pouco dos serviços prestados na zona urbana. A outra ADE que a gente tem de processos minerários, que são as áreas onde se tem pesquisa mineral no Município, então caso seja identificada a viabilidade ou a potencialidade de exploração mineral no Município, a prefeitura fica a cargo de fiscalizar e cobrar do empreendedor que essa atividade seja desenvolvida, mas que não traga impactos à coletividade. Então a fiscalização e a cobrança pelo empreendedor por parte do Município de fazer a recomposição ambiental da área impactada dele fica por parte do Poder Público nessas zonas onde se desenvolve a pesquisa mineral. E por





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

fim, ainda tem a zona ADE de Empreendimentos, que é uma área que a gente identificou como um potencial para receber um futuro empreendimento, no caso uma empresa ou um conjunto de empresas se decidam instalar aqui em Major Sales. A gente está indicando uma área ao lado da subestação de energia por ter facilidade de acesso, por ter infraestrutura próximo, por ter a questão da BR passando na frente para facilitar o acesso e escoamento da sua produção. É uma área que a gente identificou, ela está sem uso, na verdade atualmente. É uma área adequada por conta da proximidade com o ambiente urbano e da infraestrutura existente. É uma área de aproximadamente seis hectares, então a gente tem quase sessenta mil metros quadrados de área total. Quando se desconta aquela porcentagem que a gente precisa para o trânsito, para a circulação, a gente tem quase cinquenta mil metros quadrados de área disponível para instalação, então isso dá, por exemplo, cinquenta galpões de mil metros quadrados. É uma área interessante por conta da sua infraestrutura para potencialmente receber, ser direcionado para o recebimento de empreendimentos. E, por fim, a gente tem um ADE de Interesse Ambiental e Histórico o Açude Gessem e o Engenho Primo Fernandes, pela sua importância ambiental, pela sua importância cultural e histórica no Município, que são ativos que necessitam de fortalecimento, que necessitam de valorização, para que as pessoas visitem, mas visitem de forma consciente, para que a gente tenha uma valorização da questão histórica e cultural do Município, conservando isso, pensando nisso, em termos de conservação, em termos de fortalecimento, em termos de questão de educação ambiental, de facilidade de acesso, para que as pessoas, no Município de Major Sales, ele tem uma cultura muito forte e pra gente é interessante fortalecer isso. E aí na zona rural ela também tem essa questão cultural, com potencial para ser desenvolvido. Bem, pensando na macrozona rural, eu acho que é isso. Se vocês tiverem alguma dúvida podem fazer, se sentirem falta de alguma coisa, se vocês quiserem deixar algum comentário ou alguma sugestão. Caso não, a gente pode seguir, a gente pode seguir? Alguma dúvida? Ficou claro? Ninguém? Então, vou passar para o meu colega Klinton, ele vai explicar para vocês o Zoneamento Urbano.”

Após a coordenadora Camila Andrade reforçar os pontos de informes gerais, foi dado prosseguimento às apresentações.

Klinton Melo (CMT): “Bom pessoal, vou começar explicando aqui agora o Zoneamento Urbano de Major Sales. Como o João explicou, a gente faz no Diagnóstico, a gente analisa o espaço e faz um



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

diagnóstico das características, quais são as problemáticas, as potencialidades de cada região da cidade, e a partir disso a gente divide a área urbana em zonas, para a gente direcionar diretrizes específicas para cada uma dessas zonas de acordo com essas características identificadas. A gente tem aqui o mapa da cidade de Major Sales, aqui está a barragem Dedé de Marieta... aproveitar esse momento aqui que chegou uma questão pra gente, tinha um certo momento que a gente estava falando Dede Marieta achando que era um sobrenome, depois alguém comentou que na verdade Dedé era filho de Marieta na verdade é Dedé de Marieta, não é isso? A gente vai fazer esse ajuste também. Ou é Açude de Dedé de Marieta? Barragem? Desculpa! Tanto faz, né? Tá certo. A gente vai ajustar isso aqui também, que a gente estava chamando Barragem Dedé Marieta. Pronto. Aqui então, está a barragem, a rodovia, certo? Aqui vai sentido Pau dos Ferros, aqui vai sentido Uiraúna. Vou explicar para vocês a questão do perímetro urbano. É uma questão principal aqui, é para onde a gente começa o planejamento para definir o zoneamento. Aqui em Major Sales tem uma lei que define o perímetro urbano, a lei 104/2006, se vocês quiserem olhar também nos mapas que estão colados vocês vão conseguir ver melhor porque aqui na projeção ficou muito pequeno, mas aqui a gente tem uma sobreposição da lei atual, do perímetro atual com a nossa proposta. O perímetro atual nesse mapa maior aqui é essa linha em preto, certo? Pontilhada. E ela abarca essa área aqui no sul da cidade. Vou voltar e mostrar aqui o mapa que foi apresentado para vocês no Diagnóstico. Vocês devem se lembrar que a gente apresentou que o perímetro urbano ele abarca tanto a barragem Dedé de Marieta quanto também essa parte aqui do lado direito da rodovia que apresenta um solo muito úmido. E que essa lei foi criada em 2006 e de lá para cá a cidade não apresentou tendência de expansão para essa área sul aqui da cidade. Justamente essa área que eu estou falando, justamente pelas características ambientais que não é propício de fato para ocupação. Então, pensando nisso, a gente readequou o perímetro urbano, dessa forma, retirando essa parte sul da cidade, essa parte onde abarca toda a barragem Dedé de Marieta, a gente manteve um pedaço e essa parte do lado direito da rodovia a gente também retirou, justamente pela característica do solo que não é adequado para a ocupação e para trazer essa responsabilidade do poder público e tratar aquilo ali como uma área urbana, também tem características rurais, o uso do solo lá tem essa característica rural. Então nós temos esse novo perímetro, essa proposta de novo perímetro, que no final das contas variou pouco em questão de área, de metragem quadrada, a gente está com um hectare a mais do que era o perímetro

3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

definido em lei. Então nós temos aqui o novo perímetro, e agora eu vou explicar para vocês o Zoneamento em si. Aqui no centro, essa parte amarela, temos um pouco aqui também próximo ao bairro Bom Jardim, é a Zona Urbana Consolidada. É a área da cidade onde já detém toda a infraestrutura, as vias pavimentadas, calçadas, já está adequada, já estão ocupadas a maioria dos lotes, apesar de ter vazios urbanos, mas não é uma coisa... já tem essa característica de ser consolidada de fato. Nós temos as Zonas de Expansão Urbana foram identificadas aqui ainda na parte que ainda é centro, mas seguindo ali para o lado, aqui para trás, aqui em sentido Bom Jardim, a cidade está apresentando expansão para essa região, existem loteamentos ali, muitos terrenos disponíveis, tem novas construções nessa área e também nessa parte aqui no bairro do Amor, que também estava apresentando expansão para aquela região, algumas áreas, que tem um cuidado pela questão do solo úmido que é muito presente na cidade de Major Sales. Esse foi um dos desafios aqui para a gente na hora de planejar o Zoneamento, pela questão que toda essa faixa aqui leste e oeste da cidade apresenta muito solo úmido. Então foi um desafio para a gente pensar para onde era mais adequado a cidade se expandir. Então é essa Zona de Expansão Urbana 1, ou seja, é a área da cidade que está adequada para receber essa expansão. Complementarmente, a gente indica também a Zona de Expansão Urbana 2, que é a ZEU 2, que é esse laranja mais escuro, que é justamente pensando ao longo prazo, quando essa Zona de Expansão Urbana 1 tiver com 70% da sua área ocupada, aí é permitido que a cidade comece a se expandir para essa Zona de Expansão Urbana 2. Justamente pra criar uma reserva pensando ao longo prazo e direcionando a expansão da cidade para onde está mais adequado, identificado que o solo não é úmido, então ela estaria adequada para essa expansão. E aqui também outro setor da cidade, ali já mais próximo da saída da cidade, sentido foi identificado aqui também na borda da cidade áreas com atividades da agricultura, são características rurais, mas que também está muito próximo do ambiente urbano então a gente também abarca e mantém essa característica, então a gente define a Zona de Agricultura Urbana, são essas zonas em marrom aqui que a gente indica o uso correto do solo de acordo com a característica já existente, agricultura, criação de animais, e isso preservar e fazer parte da economia, isso a gente também cria um incentivo para que isso seja mantido e manter a economia também nesse setor da agricultura. Nós temos as ZEIS, que são as Zonas de Especial Interesse Social, aqui em Major Sales a gente identificou, enquanto a gente estava no Diagnóstico, os assentamentos precários da Baixada da Paixão e no



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

bairro Bom Jardim, pela questão de que, primeiramente, são áreas da cidade que são ocupações de habitações populares, e que estão ocupando Áreas de APP. Aqui, as Áreas de APP são áreas no entorno dos corpos hídricos, como definido no Código Florestal Brasileiro. A gente só identifica isso aqui na cidade, assim como também tem na zona urbana, aqui no nosso Zoneamento a gente chama de ZPAM, é a Zona de Proteção Ambiental 1, essa faixa verde aqui justamente no entorno dos corpos hídricos, certo? A gente tem aqui o riacho que vem do Açude de Betânia e temos a APP da barragem de Dedé de Marieta também. E a gente tem ocupação justamente nessas áreas, né? O bairro Bom Jardim, uma parte dele, Baixada da Paixão também tem uma ocupação ali na APP do riacho que vem do açude Betânia. Então a gente indica a ZEIS 1, que vai direcionar políticas específicas de interesse social para prover melhorias para a população, que geralmente nessas regiões são populações de baixa renda também. E além disso, vocês podem ver que aqui tem uma diferença de rosa, tem um rosa claro e um rosa mais escuro, que é justamente a parte onde fica dentro da APP. Essa parte que fica especificamente dentro da APP, a gente está chamando aqui de ZEIS 3, para ter diretrizes mais restritivas mesmo, no sentido de proibir novas ocupações nessas áreas, e ter uma atenção especial também pela questão tanto ambiental quanto de segurança da população que mora nesses lugares. Então a Defesa Civil deve fazer um acompanhamento dessas áreas para identificar problemas estruturais mesmo das moradias, problemas de alagamento, e se identificado um problema que não é projeto ainda, que possa ser resolvido, essas famílias devem ser realocadas para outra área da cidade onde elas vão ter mais segurança. E complementarmente à Política de Especial Interesse Social, a gente tem as ZEIS 2, que é essa parte aqui ao leste da cidade, depois ali do bairro Bela Vista, atualmente é uma área com característica rural, mas que também está muito próximo considerando o solo também que não é um solo úmido. Então a gente cria uma reserva diária para o Poder Público. À medida que surge a demanda de novas casas populares, novos programas populares como Minha Casa Minha Vida, projetos da FUNASA, o Poder Público pode direcionar a ocupação dessa área aqui que está identificada como os ZEIS 2. E como eu comentei, nós temos a ZPAM, que é a Zona da APP próxima dos corpos hídricos, e temos também a ZPAM 2, que são as Zonas de Proteção Ambiental, aqui está marcada em verde, claro, são as áreas onde tem remanescentes florestais, tem a vegetação nativa, ou áreas que tinham, mas que essa vegetação foi retirada, foi suprimida e que a gente indica o retorno, o reflorestamento dessas áreas justamente pela questão da natureza, ambiental, pelo





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

sistema ecológico mesmo e além disso trazer um conforto para a população também, tem toda a questão climática, as vegetações trazem um conforto térmico, além da questão ambiental dos animais e tudo mais que esse ambiente proporciona, a qualidade de vida para todo o ecossistema de um modo geral, das áreas mais periféricas em relação ao centro, nas partes mais próximas da zona rural. Nós temos também as Zonas de Interesse Especial, são as áreas da cidade em que existe um potencial paisagístico ecológico, cumpre uma função ecológica também, e que está propício para ser utilizado inclusive para a implementação de equipamentos públicos, como praças, parques urbanos, que também visa trazer melhor qualidade de vida para a população. Entre o bairro Bom Jardim e Centro é uma área que eu até conversei com a arquiteto Ana Ligia, que ali já existe um projeto para a implementação de uma praça nessa região aqui da cidade, então a gente manteve, lá realmente tem essa característica de ser adequado um potencial paisagístico para se criar um equipamento de qualidade nessa região leste aqui da cidade próximo ao bairro Bela Vista, nós temos outra região que também tem essa característica de um potencial paisagístico próximo àquela que atualmente está abandonada. A gente inclui, inclusive também, a reforma dessa quadra, a melhoria desse equipamento público. E temos também uma outra área aqui entre o bairro Pôr do Sol e Baixada da Paixão, também tem uma área ali que possui um solo úmido, mas que através de projetos é possível também implementar um equipamento como uma praça ou um parque urbano, trilhas de caminhada para as pessoas. E a gente também evita que essas áreas que tenham solo úmido sejam ocupadas e que tragam problemas para a população que mora ali. Aqui em azul, esse azul que é pontilhado, são as áreas da cidade onde foi identificado que de fato em um certo período do ano ela alaga. São as áreas que tem o solo úmido de fato, fica basicamente quase todo ano alagada, por conta também, além da característica natural, tem a questão do esgotamento que é mandado para essas áreas aqui e que são áreas que não estão propícias para ocupação, então a gente restringe esse uso para que não sejam ocupadas essas áreas da cidade que estão em azul claro e que elas também, não coincidentemente na potencial paisagístico de se criar os parques e praças urbanas, então elas também trazem essa questão da paisagem, então a gente também preserva a paisagem e cria ambientes propícios e adequados para o lazer, para passear com a família, enfim. Por fim, nós temos a ZUCON, que é essa parte cinza aqui, ali também no bairro Bela Vista, que ZUCON é zona de urbanização controlada, ou seja, é permitida a ocupação dessa área, inclusive já existe uma certa expansão para essa região



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ali, já existem novas construções. Mas que, pelo entorno, como vocês podem ver aqui, está muito próximo das áreas que são alagáveis. Então a gente criou uma restrição de ocupação, justamente para que se tenha cuidado de não ultrapassar os limites de onde é adequado, de onde tem um solo adequado e de onde tem essa característica de solo úmido. Então esse é o Zoneamento. Então aqui na cidade a gente apontou a área de adequação de drenagem, são áreas da cidade onde já existe uma infraestrutura urbana mesmo, né, e que apresenta alagamento em certos períodos de chuva, então nós temos uma área aqui no bairro do Amor, na Baixada da Paixão, no Centro da cidade próximo ao... como é o nome do palco? A Praça de Eventos, certo? Ali também. E ao lado do campo de futebol também no bairro Bom Jardim. Temos também a ADE da Faixa de Segurança, a gente tem a barragem de Dedé de Marieta, como existem muitas ocupações naquela área ali, a gente criou uma faixa, além da área da APP que tem uma faixa de quinze metros, a gente criou mais uma faixa de quinze para ter uma faixa de segurança que é uma faixa para atenção especial, justamente para que se tenha cuidado com as habitações que estão nessas áreas, que a Defesa Civil tenha um acompanhamento dessas habitações. E aí foi nos falado que nunca essa barragem enche e tudo mais, mas a natureza é muito imprevisível. Atualmente está tendo de fato uma crise climática. Essa semana saiu uma notícia de uma chuva no deserto do Saara. Em dois dias choveu mais do que eles esperavam em um ano. E, enfim, as coisas... Oi? Exatamente, o Rio Grande do Sul aqui no Brasil também passou por uma crise recente. É isso, quando a natureza vem, não tem o que fazer, né? Então, o que a gente pode fazer é prever, então a gente está criando essa faixa de segurança justamente para que se tenha essa atenção, justamente por estar próximo de um corpo hídrico que é grande, e que existem muitas casas ocupando essa faixa e que a maioria das casas também por famílias de baixa renda, então é necessário que tenha uma atenção especial do poder público, da defesa civil com essa população. Por fim, nós temos a ADE do Terminal Rodoviário. A gente indica a construção do Terminal Rodoviário na cidade de Major Sales. A gente está indicando aqui em um terreno próximo ali da prefeitura, já na saída para Pau dos Ferros. É um terreno que está de frente para a BR, justamente para facilitar a locomoção, o transporte. E a gente indica esse equipamento também, tanto para adequar, por exemplo, os serviços de mototaxistas, que precisa ser regularizado, precisa ter um ponto de apoio, os carros de linha também que prestam serviços, então esse equipamento também serviria para atender a esses serviços. Além de ter lojinhas para venda de artesanatos,



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

para de fato atender a demanda, a potência cultural que Major Sales tem, então isso vai trazer novos visitantes, novos turistas, vai ser um atrativo e é uma forma também de mostrar o que tem de belo aqui em Major Sales, do artesanato, valorizar a cultura local com um equipamento desse também. As áreas que eu comentei com vocês de interesse especial, eu dei um zoom aqui nas áreas onde a gente está indicando a criação dos espaços públicos. Esse aqui é o da Baixada da Paixão. Bom, terminei a parte de Zoneamento e vou explicar para vocês alguns parâmetros urbanos, mas antes eu queria abrir para questionamentos, se alguém tem alguma dúvida, algum comentário, alguma sugestão, fiquem à vontade. Alguém?”

Maria Elce, prefeita de Major Sales: “Maria Elce é meu nome, prefeita de Major Sales, querendo fazer mais. Mas eu queria saber o seguinte, na área que é ali, na Praça de Eventos, que é alagada, e ali não vai poder fazer nada naquela área que é alagada, volta aí um pouquinho, volta aí. Por trás do palco. Sim, essa... Por trás do palco. Porque assim, ali aquele setor ali era todo alagado. Então foi uma luta muito grande para a gente chegar àquele ponto ali. Todas as partes de esgoto eram naquele setor ali. Então a gente foi tirando e colocando ali para trás. E a gente estava querendo fazer um projeto, uma praça para crianças. E se a gente pode fazer alguma coisa nesse sentido. Não pode ser construído casas, essas coisas assim. É mais de praças, de urbanizar aquela área ali urbana, né.

Klinton Melo (CMT): “Pessoal, a prefeita tá falando dessa parte aqui certo que fica logo atrás do palco na Praça de Eventos a gente indicou aqui como a ZIE 2, Zona de Interesse Especial por conta da característica que é de alagamento de solo úmido. Bom, pelo que eu me lembro de que eu passei lá, lá não é um espaço muito adequado para esse tipo de equipamento. Pela questão tanto do solo úmido da parte mesmo, já ser bem úmido, e ter, como você comentou, esgotamento também, e também por estar muito próximo ali da barragem. Mas assim, existem muitas questões que são reversíveis através de projeto. Mas existe custos também que são altos, por exemplo, para você fazer um aterro, para você fazer uma adequação de uma área dessa, que já tem uma característica ambiental. Drenagem. Drenagem é um equipamento que é caro para implementar. Então... Talvez eu acho mais interessante direcionar para as áreas que estão mais adequadas, para se criar, por exemplo, um parquinho infantil. E para essa área especificamente pode dar um tratamento paisagístico, fazer uma melhoria na paisagem ali, um tratamento da vegetação, do direcionamento... Uma trilha...”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ana Lígia, arquiteta urbanista da prefeitura de Major Sales: “Bom dia, Ana Lígia, arquiteta. Eu acredito que Maria Elce está perguntando no sentido, por exemplo, de fazer, justamente, de dar um tratamento paisagístico, criando, até o que foi falado que ia ser criado, um arrimo, a sugestão de se criar um arrimo, e por exemplo, dentro desse arrimo, um passeio, só um passeio, para dar uma melhoria na paisagem, não no sentido de instalar equipamentos de parque, de quadra, não. No sentido de dar uma melhoria na paisagem mesmo, no visual.”

Klilton Melo (CMT): “Então, sim. Sim, é possível de se fazer. Acho que é tudo questão de projeto, né? A drenagem do solo tem que ser preservada, justamente pensando de que aquela área tem um potencial de alagar, drenantes, e também justamente pensar em não criar uma ocupação que seja uma coisa permanente ali, que as pessoas vão permanecer... mas um passeio, dar um tratamento paisagístico é possível e acho que inclusive vai ficar bem bacana porque aquela praça ali é bonita, ela merece também isso. Mais alguma coisa, pessoal?”

João Pereira (–CMT): “Olá pessoal, de novo. Só para aproveitar o espaço de questionamento, é uma pergunta em relação à minha parte, Klinton. A Ana Priscila perguntou qual dos dois locais foi escolhido para a passagem do rio, se perto do Sítio Diamantino ou próximo da cidade do Jenipapeiro. A posição oficial que a gente tem, e a gente faz esse alinhamento periodicamente para saber se teve alguma novidade em relação ao projeto, é que ela manteve o traçado original lá perto do Diamantino. Então o projeto original é o vigente ainda, o que está sendo mantido.”

Klilton Melo (CMT): “Mais alguém pessoal? Alguém tem mais alguma dúvida tanto sobre o Zoneamento Rural quanto Urbano? Alguém quer falar mais uma coisa? Pode dar para seguimento? Então vamos lá! Vou explicar aqui um pouco sobre parâmetros do uso do solo. E aí nas diretrizes gerais do Zoneamento, a gente busca garantir usos múltiplos nessas zonas, em todos os setores da cidade. Antigamente era muito comum no período modernista setorizar as cidades de acordo com os usos, mas os urbanistas perceberam que isso não era muito adequado pela questão de que criar grandes locomoções depende de transporte público ou transporte privado, as pessoas elas têm que ter acesso ao serviço próximo de sua casa. Os filhos têm uma escola perto de sua casa, tem uma praça perto, um posto de saúde. Então, esse zoneamento é pensado para garantir usos múltiplos em todas as zonas. O Poder Público Municipal, junto com a população, deve fiscalizar o cumprimento das diretrizes de parcelamento, que é justamente o que a gente está definindo aqui. Então, tanto o Poder Público quanto a própria população têm que



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

fiscalizar o que está sendo feito, o que está sendo executado na cidade. Se ver irregularidade, levar isso para o poder público. A importância da participação da sociedade civil enquanto gestor também, disso aqui que a gente está apresentando, o desenvolvimento da cidade sustentável. E o Poder Executivo Municipal deve oferecer assistência técnica e jurídica gratuita para a população para garantir a orientação quanto ao cumprimento desses parâmetros que vão estar na lei. Então o poder público tem que dar essa orientação, isso também está definido em lei, de que ele deve oferecer serviço de assistência técnica e jurídica para a população. Vou explicar para vocês aqui os instrumentos de política territorial. O Estatuto da Cidade traz diversos instrumentos de política urbana, mas existem aqui sete que são obrigatórios que devem compor o Plano Diretor, e eu vou explicar especificamente esse sete aqui, mas existem outros que o Poder Público ele pode utilizar. No nosso caderno de proposta tá tem lá todos eles explicando o que é cada um e como que o Poder Público pode utilizar desses instrumentos é pra gerenciar né o espaço urbano e agora vou explicar pra vocês esse sete que são os obrigatórios. A gente tem o parcelamento da edificação ou utilização compulsórios, o imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo, a desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública, o direito de preempção, a outorga onerosa do direito de construir e alteração do uso, a transferência do direito de construir e as operações urbanas consorciadas. Todos esses outros instrumentos aqui são os que compõem, que constam no Estatuto da Cidade e que o Poder Público pode adotar também. Mas a gente não vai entrar em detalhes desses, senão a gente vai alongar muito aqui a Audiência Pública, certo? Bom, então começando pelo primeiro instrumento, que é o parcelamento e edificação ou utilização compulsória. Esse instrumento é uma das bases do que vem definir o Plano Diretor, que ele vem trazendo a obrigatoriedade do uso da propriedade privada, da propriedade de um modo geral, para que a cidade seja acessível para todos. Isso aqui é para evitar ociosidade de terrenos, por exemplo, em áreas onde já existe toda uma infraestrutura, o Poder Público já teve todo um gasto para prover a infraestrutura adequada e o proprietário do lote ou do imóvel que está sem uso, quando o proprietário não dá uso para o imóvel dele, acaba gerando ônus para o poder público que ele vai ter que ter mais gasto para expandir a cidade para outras áreas enquanto no centro da cidade que tem toda a infraestrutura adequada o terreno está disponível sem uso nenhum e gerando mais problemas, né? Gerando problemas de saúde pública, né? Lixo, entulho, dengue, enfim. Então são muitos problemas que esse instrumento aqui vem

3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

justamente para coibir essa ociosidade. Então o que acontece? Esse instrumento basicamente ele vai notificar o proprietário daquele imóvel que está ocioso de que ele deve dar um uso pro imóvel dele. E esse instrumento ele é aplicável aqui em Major Sales na zona urbana consolidada que é justamente a parte da cidade onde já detém toda a infraestrutura, né? O centro da cidade que já está adequado, né? Toda a ocupação adequada. O poder público pode notificar o proprietário do imóvel que não dá um uso para sua propriedade. Complementarmente a esse instrumento, a gente tem o IPTU Progressivo no Tempo. Depois que o Poder Público notifica o proprietário do imóvel, passou cinco anos, o proprietário do imóvel não deu nenhum uso, não vendeu o imóvel para quem vai dar um uso, ele não tomou nenhuma providência, o Poder Público pode entrar com o IPTU Progressivo no Tempo. É a aplicação do IPTU que o proprietário do imóvel já deve pagar, porque ele tem um imóvel, mas ele vai progredindo no tempo pelo período de cinco anos até chegar essa alíquota máxima de 15% em cima do IPTU que ele já paga. Depois que passa os cinco anos, esse valor congela em 15% e ele vai continuar pagando para os anos seguintes, até chegar o momento que o poder público pode entrar com uma ação, se for do interesse dele, se ele tiver interesse naquele terreno ou naquele imóvel, para transformar ele em um bem público, ele pode entrar com a desapropriação, o nome do instrumento é Desapropriação com Pagamento de Títulos da Dívida Pública. Porém, esse pagamento de título da dívida pública é o seguinte, o Poder Público, ele assume o compromisso de que ele vai desapropriar o proprietário do imóvel e vai pagar ao longo do tempo assim que ele tiver recurso. Então ele meio que paga com um papel, fala assim, ó, estou te devendo, vou te pagando aos poucos e tem os juros ali, né, à medida que o tempo vai passando é feito o pagamento em título da dívida pública. Então o Poder Público ele pode desapropriar, mas ele vai ter que pagar o proprietário do imóvel o valor que foi negociado ali entre as partes. Mas é uma medida justamente como complemento àqueles dois instrumentos que eu comentei primeiro, o PEUC e o IPTU Progressivo no Tempo, e todos esses instrumentos são aplicáveis justamente na Zona de Urbanização Consolidada, que é essa parte da cidade do centro. Nós temos o Direito de Preempção, que é outro instrumento. Ele confere ao proprietário do imóvel a obrigatoriedade de, quando ele tiver interesse em vender o imóvel dele, ele vai oferecer primeiro ao poder público. Então, por exemplo, o Poder Público tem interesse em uma região específica da cidade, aí ela vai aplicar o direito de preempção nessa zona, e quando o proprietário de um imóvel nessa zona tiver interesse em vender, ele oferece primeiro ao poder



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

público, ele vai negociar justamente pelo valor de mercado que o terreno ou a propriedade tem. Se o poder público não tiver interesse, aí ele pode oferecer para outras pessoas e fazer o negócio da forma como bem entender, mas esse instrumento traz a obrigatoriedade de oferecer primeiro ao poder público, justamente para viabilizar que o poder público tenha a área para implementar equipamentos como escolas. Então fica sujeito à aplicação desse instrumento para todos os imóveis urbanos inseridos na ZUCON, na ZEU 1, na ZEU 2 e na Zona de Interesse Especial além da ADE do Terminal Rodoviário. Então a gente tem a ZIE 1 que são as áreas com potencial de espaços públicos, e na ZUCON, que é a Zona de Urbanização Controlada, além da ADE do Terminal Rodoviário também. Temos outro instrumento, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, que confere aos proprietários de imóveis a chance de construir mais do que a área construtiva determinada no Plano Diretor. Para explicar esse instrumento aqui, eu vou explicar para vocês o que é o coeficiente de aproveitamento. O coeficiente de aproveitamento, é por exemplo, se você tem um imóvel de quatrocentos metros quadrados e o coeficiente de aproveitamento é dois, quer dizer que você pode ter de área construída, o dobro. Você pode ter oitocentos metros quadrados. Então, por exemplo, um terreno de... Esses valores aqui estão muito altos. Vamos lá, de cem metros quadrados, o coeficiente de aproveitamento é 1, então é 2. Então ele pode ter, por exemplo, dois andares de cinquenta metros quadrados. Certo? Então isso aqui vai determinar a altura das edificações, o tanto que o coeficiente pode alcançar. E isso a gente determina, a gente direciona para as áreas da cidade onde está adequado, que seja mais adensado, ou seja, que possa construir mais, e áreas que não é tão adequado assim. Existem áreas aqui no centro da cidade que os quarteirões já são muito estreitos, as casas já são muito coladas. Então não é adequado que a gente permita que as edificações cresçam muito. E as áreas de expansão urbana, onde ainda existem áreas para serem construídas, a gente pode permitir que o coeficiente seja um pouco mais elevado. Então, a que é a Outorga Onerosa do Direito de Construir, ela vai permitir que o proprietário do imóvel, ele construa a mais do que aquela zona que já está determinada. Ele vai pagar um valor para o poder público para que ele possa construir a mais do que já está determinado em lei. Então, fica definido que o direito de construir pode ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento máximo adotado em Major Sales, que é dois, ou seja, o dobro da área do lote. Ele pode construir acima disso na Zona de Expansão Urbana 1 e na Zona de Expansão Urbana 2, podendo chegar ao coeficiente de dois e meio, ou seja, vai sempre multiplicar a área





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

do lote pelo valor do coeficiente, certo? E fica definido que o direito de construir ele poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento máximo para a ZUC, que é a Zona Urbana Consolidada é um vírgula dois, esse é o máximo que a ZUC pode, utilizando esse instrumento ele pode chegar a dois. Então esse instrumento aqui vai permitir que o proprietário construa mais do que já está determinado na lei, desde que ele pague um valor negociado com o poder público. E para isso precisa de uma lei municipal específica para estabelecer as condições da fórmula do cálculo para a cobrança desse valor, os casos passivos de isenção e a contrapartida do beneficiário, o que o beneficiário desse instrumento vai oferecer para a população, para o poder público. Então esse instrumento é aplicável na ADE do Terminal Rodoviário, ele pode construir mais do que o coeficiente dessa zona permite, a Zona de Expansão Urbana 1 e a Zona de Expansão Urbana 2. O valor, os recursos aferidos com esse instrumento, o valor que o proprietário pagar para o Poder Público, o Poder Público deve aplicar para essas finalidades aqui. Isso aqui também é determinado em lei pelo Estatuto da Cidade. Os recursos devem ser direcionados para um desses: regularização fundiária, execução de programas de projetos habitacionais de interesse social, constituição de reserva fundiária, ordenamento e direcionamento da expansão urbana, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental e proteção de áreas de interesse cultural ou histórico ou paisagístico. Temos outro instrumento, que é a Transferência do Direito de Construir. Quando o imóvel está numa área em que é muito restrito, por exemplo, é de interesse ambiental ou de interesse histórico, no caso aqui de Major Sales a gente não teve uma zona específica de proteção histórico-cultural, o proprietário do imóvel pode usar o direito dele de construir nessa área que é mais restritiva, ele transfere ela para uma área onde é mais permissiva. Por exemplo, se ele tiver um terreno na zona de expansão urbana, construir para lá. Então se lá o potencial máximo de construção é o coeficiente de aproveitamento 2, ele pode aumentar esse coeficiente de aproveitamento utilizando esse instrumento da Transferência do Direito de Construir. Se ele não tiver um terreno para expandir para lá, ele pode negociar também, transferir esse direito para um terceiro que tenha esse instrumento, esse terreno na área que é mais permissiva. Então, aqui é um croqui exemplificando numa área onde não é permitido construir, ele transfere para uma área que é permissiva, como eu expliquei agora. Então, os imóveis que originam a transferência do direito





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

de construir são aqueles situados em algumas áreas específicas da ZUC, que são as áreas justamente onde foi identificado que tem já um maior adensamento urbano. Os quarteirões são pequenos, os lotes são pequenos, as casas já são muito apertadas, então não é adequado que a gente permita esse crescimento, então ele transfere o direito dele de construir para as outras áreas da cidade que são mais permissivas. Então ele pode expandir para a Zona de Expansão Urbana 1 e 2, tanto aqui do lado sudoeste quanto também da região nordeste e noroeste aqui. E também é permitido para uma área específica da ZUC que já tem o espaço urbano, já é mais adequado também, que poderia ser um pouco mais adensado e não é como essa parte aqui do centro da cidade mais antigo, digamos assim. Por fim, nós temos as operações urbanas consorciadas, que são operações do setor privado com o poder público. É feito uma parceria entre esses dois setores para viabilizar a implementação de, por exemplo, empreendimentos, o poder público, ele negocia com empreendedor, por exemplo, para criação de um estabelecimento que é de interesse social, que é de interesse de toda a população, um comércio, uma indústria, um espaço público que vai trazer também um benefício para o investidor. Então, esse instrumento aqui é uma forma de viabilização do poder público, para ele não arcar com todo o custo de um empreendimento, de um benefício social, ele faz em parceria com o investidor. E aí a gente direciona esse instrumento para ser aplicado na Zona de Interesse Especial, e também na ADE do Terminal Rodoviário. Deve existir uma lei municipal específica para regulamentar essa operação e deve conter, no mínimo, essas diretrizes aqui que também são definidas em lei pela Estatuto da Cidade: definição da área a ser atingida, programa básico de ocupação da área, programa de atendimento econômico social para a população diretamente afetada pela operação, finalidades da operação, estudo prévio de impacto de vizinhança, contrapartida a ser exigida em função da utilização dos benefícios previstos e forma de controle da operação obrigatoriamente compartilhada com o representante da sociedade civil. Ou seja, a sociedade civil também tem que participar desse processo aqui, saber o que está acontecendo, o que está sendo negociado. Então, esse instrumento é aplicado nessas áreas aqui, na ADE Terminal Rodoviário e nas Zonas de Interesse Especial. Explicando agora alguns parâmetros de parcelamento do solo. Nos novos loteamentos que surgirem deve ser destinado no mínimo da área total para a implantação de equipamentos comunitários e espaços de lazer públicos. Os quarteirões não devem exceder duzentos metros de comprimento de forma a minimizar dificuldades de circulação. As ruas do





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

sistema viário principal devem ter no mínimo sete metros de largura e as calçadas no mínimo dois metros de largura. Isso aqui é o mais adequado para a mobilidade urbana. Os blocos devem ter no mínimo cento e vinte e cinco metros quadrados com frente mínima de cinco metros, salvo quando o loteamento se situar em ZEIS, que é a Zona de Especial Interesse Social, ou se destinar a urbanização específica ou a conjuntos habitacionais de interesse social. O coeficiente de aproveitamento básico deve ser 1, então o básico de Major Sales é 1, no entanto, para as identificações localizadas na ZUC, o coeficiente de aproveitamento máximo permitido é 1,2. Então o básico, o mínimo é 1 e o máximo 1,2 na ZUC. Podendo chegar a 2 utilizando aqueles instrumentos que eu comentei. Nas Zonas de Expansão Urbana 1 e 2, o coeficiente de aproveitamento máximo permitido é 2, o básico é 1 para a cidade toda, no máximo 2 e pode chegar a 2,5 utilizando aqueles instrumentos também. As paredes providas de vãos de iluminação e ventilação deverão estar ao mínimo de um metro e meio das divisas laterais e de fundo dos lotes, nos terrenos com fachada mínima de oito metros. Para os terrenos que têm fachada de cinco metros e oito metros, o afastamento lateral é facultativo em um dos lados, mas é necessário o afastamento mínimo de um metro e meio frontal e de fundo de lote. Existe uma fórmula para que seja feito o afastamento adequado de acordo com a altura da edificação. Na Zona de Expansão Urbana 1 e 2, o recurso frontal das edificações deve ser de no mínimo três metros, nas áreas descobertas e em terreno natural deve totalizar no mínimo a taxa de permeabilidade de 20% do terreno, deve permitir a permeabilidade do solo. E na ZUCON, que é aquela parte da cidade onde eu falei que está ali muito próximo das áreas de solo úmido, a taxa de parcelamento mínima deve ser de 30%. A taxa de permeabilidade pode ser reduzida ou suprimida em função da implantação de dispositivos de retenção, infiltração ou retardamento das águas. Então é questão de projeto da pessoa utilizar desses dispositivos aqui, mas que também permitam a permeabilidade do solo. E aqui nós temos um quadro com os parâmetros de ocupação do coeficiente de aproveitamento para cada uma das zonas. Como eu mencionei na parte que eu expliquei o Zoneamento, tem zonas que não é permitido a ocupação, então aqui não está indicado, e nas áreas que é permitido a gente tem o coeficiente básico, é 1 para a cidade toda, e o máximo ele varia, podendo, lembrando, com os instrumentos explicados, ele pode aumentar, majorar nas áreas específicas aqui, e também temos a taxa de permeabilidade que deve ser





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

adotada. E é isso pessoal, alguém tem dúvidas, sugestões, comentários? Fiquem à vontade para falar.”

Camila Andrade (CMT): “Obrigado pessoal! Ficou tudo claro pra vocês? É isso mesmo? Eu recebi uma pergunta aqui que eu queria compartilhar com vocês. Provavelmente é a dúvida de muitos. Como é seu nome, por favor? Juvenal. O Juvenal do Sítio Bom Jardim chegou pra mim e fez assim: ‘em que que o Sítio Bom Jardim foi contemplado?’, aí eu o lembrei em relação às Leituras Comunitárias. Vocês lembram que vocês colocaram as propostas no caderno? Então, até onde eu me lembro, se os meninos puderem me complementar com mais detalhes. Não houve nenhuma proposta que a gente considerou inviável. Do ponto de vista da sustentabilidade, orçamentária, enfim. Grosso modo. Então, nesse próximo bloco, a gente vai apresentar as propostas, mas a gente não vai falar especificamente na área de abrangência. Mas vocês lembram que eu falei no início que no documento tem a área de abrangência? Então tá lá. Todas as ações que foram para o sítio né? É humanamente impossível. Mas assim, está lá, e o que tem Município, é indiretamente beneficiado e o que é específico para Bom Jardim está lá textualizado. Certo? A gente não vai entrar nesse detalhe aqui, mas está naquele documento que a gente apresentou, as apostilas na Oficina estão na *internet*, está no diário oficial, certo? Então de certa forma, também vocês vão identificar algumas ações que são para todo o Município e Bom Jardim, óbvio, está. A gente vai iniciar agora a apresentação das relatorias e por volta de meio dia a gente vai fazer um intervalo para almoço. A gente vai almoçar aqui rapidinho, que nem foi da outra vez, e volta. Obrigada.”

João Pereira (–CMT): “Passando para essa próxima fase da apresentação das diretrizes dos programas das ações que a gente está propondo aqui, reforçando o que a Camila falou, está tudo isso no documento que está na *internet*. A gente vai começar com o uso do solo rural, nessa lógica de pensar o Município da maior porção territorial para a menor. A gente tem a diretriz 1, controlar a localização de atividades e a exploração de recursos naturais de forma a promover maior sustentabilidade do solo rural, assegurando viabilidade econômica e melhoria na qualidade de vida da população. Essa é a diretriz do tema, que aí são propostas que vão versar sobre assistência técnica, racional da água e do solo, de modo que a gente consiga desempenhar as atividades na área rural da melhor forma possível, da melhor forma pensando num desenvolvimento sustentável. Eu vou convidar aqui o meu relator Arthur para fazer a leitura dessas ações e aí ele





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

também pode ficar à vontade para ter seus comentários. Arthur, aqui a gente tem o primeiro programa.”

Arthur Fernandes, servidor público de Major Sales: “Bom dia a todos, quero cumprimentar a prefeita municipal em nome dela todos os coordenadores, secretários, enfim, que acompanham a gestão. Cumprimentar dona Beta e doutor Thales, que estão representando a sociedade civil como um todo. Quero aqui parabenizar a CMT Engenharia Ambiental pelo belíssimo trabalho que foi desempenhado em nosso Município durante cinco meses. Vamos falar um pouco das propostas, proposta essas que foram desenvolvidas pelas próprias pessoas, que são possíveis de ser realizadas em pequeno, médio e longo prazo em nosso Município. 1.1 Programa de regularização fundiária e do uso da terra e da água. Celebração de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar para aderir ao Programa de Regularização Fundiária. Elaboração e execução de um plano de regularização fundiária de propostas particulares rurais. Desenvolvimento de trabalho de orientação aos pequenos produtores rurais sobre a situação das propriedades com parcelamento abaixo do módulo rural mínimo, orientar e incentivar o cadastramento de propriedades rurais no cadastro ambiental rural, conforme estabelece a Lei Federal de número 12.651/12. Orientar e incentivar a regularização ambiental de imóveis rurais por meio da implantação de programas de regularização ambiental, conforme estabelece a Lei Federal de número 12.651/12. Levantamento das atividades utilizadoras de recursos hídricos existentes no Município e da situação das respectivas outorgas. Orientação aos usuários de água para cadastramento da atividade e, quando necessário, solicitação de outorga da água ao órgão competente. Programa de conservação do solo e da água. Promover articulação política, visando a efetivação de uma atividade consociada entre os Municípios sob influência direta da implantação do Ramal do Apodi, Major Sales, Luís Gomes, José da Penha, Paraná, objetivando o fornecimento de assistência técnica, atendimento das atividades agropecuárias. Difundir tecnologias de recuperação, manejo, proteção e conservação do solo e da água, incluindo o uso de tecnologias sociais voltadas à manutenção dessas matrizes ambientais. Melhoria a introdução de novas técnicas sustentáveis nas atividades produtivas rurais. Capacitação de técnicos municipais e de produtores em conservação de solo, água e introdução de melhorias técnicas utilizadas nas atividades rurais. Capacitação de técnicos municipais e de produtores rurais sobre





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

legislação ambiental e agrária incidentes sobre as propriedades rurais. Formação de equipe técnica municipal para gerenciamento e atualização do banco de dados gerados pelo PDMP, além de realizar monitoramento ambiental e das atividades produtivas do Município através de imagens de satélite. Implementar atividades de recuperação, proteção, conservação e manejo dos recursos hídricos, fundamentando-se especialmente na utilização racional da água. Identificação precisa dos limites das APP em área rural. Identificação e avaliação das edificações e atividades econômicas em APP. Recuperação, proteção, conservação e preservação de áreas degradadas, especialmente as de elevado interesse ambiental e paisagísticos, como matas ciliares nascentes que compõem o perfil paisagístico do Município. Apoio ao desenvolvimento de sistemas agroflorestais. Identificação e cadastramento dos produtores rurais e extrativistas florestais para fins de planejamento e monitoramento das suas atividades. Implantação de um horto florestal municipal voltado para a produção de mudas de espécies florestais da caatinga e de agricultura permanente e de um banco comunitário de sementes. Incentivo à implantação de quintais produtivos com plantio de espécies nativas da caatinga, tendo em vista a delimitação da reserva legal. Busca de parcerias com a empresa brasileira de pesquisa agropecuária Embrapa e universidades para exploração sustentável de espécies da caatinga. Elaboração do zoneamento agroecológico, desenvolvimento de estudos visando o levantamento aluviais. Promoção de palestras e seminários para ensinar e alertar sobre os prejuízos do uso de agrotóxicos, ao mesmo tempo motivar o uso de técnicas agroecológicas. Programa Municipal de Convivência com o Semiárido. Promoção de articulação e ações junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca/Criação, da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, Lei 13.153/2015, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, visando a implementação, em um futuro próximo, de políticas públicas de mitigação ou reversão de processos incipientes de desertificação no Município de Major Sales. Busca de projetos ou proposição de parcerias e convênios com a instituição estadual que irá tratar da implementação do programa de ação estadual do combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca do estado do Rio Grande do Norte. Mapeamento de possíveis áreas susceptíveis e em processo de desertificação. Implementar, caso necessário, programas de conservação e manejo dos recursos naturais em controle de desmatamentos e queimadas em áreas susceptíveis e em processo de desertificação. Promover a sustentabilidade





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

hídrica, econômica, social e ambiental, visando reduzir as carências decorrentes das condições climáticas adversas dos períodos da seca. Promover ações de dinamização econômica de arranjos produtivos potenciais, articuladas com ações de infraestrutura hídrica no contexto da convivência com a realidade do semiárido. Só fazer um comentário aí aqui na segunda diretriz, também pensando na zona rural, identificar e proteger aqueles locais de interesse ambiental, paisagístico, histórico e cultural na zona rural do Município. E aí a gente tem um programa em relação a isso. Programa de identificação e proteção das áreas de interesse paisagístico, histórico e cultural. Buscar parcerias com instituições de pesquisa para a identificação das espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção. Implementação de medidas de proteção à biodiversidade. Realização de ações visando o uso sustentável e proteção das áreas identificadas como relevância paisagística histórica e cultural, como implantação de sinalização, lixeiras e campanhas de conscientização e orientação nos locais identificados. Articular com a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, para verificar a viabilidade de tombamento como patrimônio estadual de área de interesse ambiental, histórico e paisagísticos identificados nas áreas rural do Município. Obrigado.”

Klinton Melo (–CMT): “Obrigado, Arthur. Bom pessoal, agora a gente vai apresentar aqui as propostas do uso e ocupação do solo urbano, queria convidar aqui o doutor Thales. As pautas aqui são voltadas para o uso e ocupação do solo, para a universalização, para garantir o direito à cidade. E o doutor Thales vai falar as propostas específicas aqui.”

Dr. Thales André Fernandes, liderança da sociedade civil: “Uso do solo urbano. Programa de regularização fundiária urbana. 3.1.1. Instauração de processo administrativo junto a órgãos estaduais e federais para transferência, se necessário, do domínio de edificações ou terras públicas do Estado e da União para o Município. Adesão a programas federais e estaduais para regularização fundiária de interesse social e específico na cidade no âmbito dos programas habitacionais. Adoção de mecanismos de discussão e deliberação participativos e de sensibilização, promovendo esclarecimentos sobre aplicação dos instrumentos de regularização fundiária urbana em consonância com a ação 15.4.5 deste documento a seguir. Essa regularização fundiária urbana, muito referente às casas populares que já foram entregues aqui no passado. Então, que não tem um documento público ainda, não tem uma escritura pública. Então, buscar as parcerias para que esse documento seja entregue às pessoas, para que elas tenham segurança





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

jurídica e tenham um título de propriedade das suas casas. Às vezes tem um documento da prefeitura, mas não tem um documento específico do cartório. Então é buscar essa parceria com o Estado para realizar esse programa de acesso, para ter o acesso à regularização fundiária dos seus imóveis. Implementação do processo de regularização inominada com delimitação da poligonal do núcleo a ser regularizado.”

Klinton Melo (CMT): “Vou explicar essa que ele acabou de ler. A regularização inominada existe na legislação que versa sobre a questão da regularização fundiária no Brasil. Existe um tópico lá que define a regularização inominada para imóveis que já estavam consolidados na área urbana de antes de 1979. Então é possível de fazer como se fosse uma regularização coletiva, o Poder Público identifica quais são os imóveis que já estavam ali, se situados, quem são os proprietários e tudo o mais, e entra com um programa para fazer uma regularização coletiva de todos os imóveis que se encontram desse perímetro.”

Thales André Fernandes, liderança da sociedade civil: “Regulamentação dos instrumentos jurídicos e urbanísticos, instrumentos de política territorial, necessários à regularização fundiária urbana. Elaboração e execução do plano de urbanização das ZEIS tipo 1 e tipo 3. Custeio pelo Poder Público municipal ou estadual do primeiro registro dos títulos de imóveis regularizados, mediante estabelecimento de convênios advindos de programas de regularização fundiária, que eu falei há pouco. Consulta ao inventário patrimonial do Poder Público municipal visando seleção de imóveis passíveis a serem regularizados. Executar a regularização fundiária nas áreas urbanas de Major Sales conforme preconiza a Lei Federal 13.465/2017, ou seja, abrangendo um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que objetivam a regularização desses assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes. Promover a articulação política visando a efetivação de consórcios públicos na área de planejamento urbano e regularização fundiária urbana. Proteger, preservar e conservar áreas de importância ambiental, histórica e cultural na área urbana. Programa de proteção de APP em área urbana. Identificação precisa dos limites das APPs em área urbana. Gravar em lei municipal as APPs em área urbana e suas medidas de proteção e regularização de acordo com as diretrizes do Plano Diretor. Implantação de sinalização bem como de elementos físicos de delimitação arquitetônicos e urbanísticos das áreas de APP urbanas com destaque para aquelas situadas nas ZEI 3. Elaboração de plano ou estudo para regularização de equipamentos públicos e assentamentos urbanos localizados em APPs,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

urbanas ou áreas com risco de inundação e alagamento. Plural de APP é APPs. Colocou ali para fazer uma correção. Elaboração de plano ou estudo para realocação de assentamentos urbanos localizados em APP urbanas ou áreas de risco de inundação e alagamento que não esteja em consonância com a Lei Federal 13.465/2017. Isso aqui são algumas edificações que foram construídas em áreas de proteção. Então isso se identificado pelo Poder Municipal deve promover a troca desse pessoal. Aqui nós já tivemos aqui, acho que tem uns dois ou três anos, uma chuva muito forte, que alagou ali a praça de eventos, o campo de futebol, aquelas casas que fecham o campo de futebol, então ali nós temos umas áreas que são propícias a alagamento. E como a gente está vendo aí, está tendo uns climas meio malucos, a qualquer momento que gerem problemas para essas localidades. Programa de arborização urbana. Instalação e adequação de canteiros permeáveis de um metro quadrado ao redor de cada exemplar arbóreo, quando o mesmo não se constituir em impeditivo de livre circulação de pessoas e estiver em conflito com fiação elétrica, ou estiver em conflito com fiação elétrica. Treinamento de funcionários municipais para a realização de podas na arborização e manutenção, de modo geral nas praças, eliminando as podas drásticas. Elaboração de estudos e projetos voltados para a implantação de arborização urbana na cidade, que foi o que a gente falou aqui a pouco, buscar algumas outras árvores, nativas ou não, frutíferas, que possam arborizar a nossa cidade, que possa trazer um elemento paisagístico mais bonito e que traga um clima melhor para a nossa cidade. A gente tem um caso aqui que eu já falei aqui para os meninos aqui, tem uma cidade aqui, Viçosa, aqui pertinho da gente que é toda arborizada com mangueiras. A cidade chega é escura de tanto pé de mangueira, lá é mais frio porque tem mangueira na cidade inteira e ainda gera alimento para as pessoas, que as pessoas podem colher a fruta e consumir. Promoção de eventos educativos com as escolas e a sociedade civil para além da semana do meio ambiente com atividades como, por exemplo, mutirões para plantio de árvores, limpeza do espaço urbano e áreas de interesse ambiental paisagístico e turístico. Criação de um programa de incentivo à sustentabilidade através do Código Tributário Municipal, com implementação do IPTU Verde em edificações no Município de Major Sales, estabelecendo benefícios fiscais aos participantes do programa. Então o Município pode criar um artifício legal, um meio legal para poder bonificar a sustentabilidade de criar áreas verdes, ele pode ter um benefício junto ao Município, criando na lei esse IPTU Verde. Então com isso ele tem um desconto no seu IPTU. Programa de Preservação e Valorização do Núcleo de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ocupação Inicial de Major Sales. Elaboração de um projeto de preservação, recuperação e valorização do Núcleo de Ocupação Inicial de Major Sales. Incentivo à preservação de imóveis particulares com fachada de valor histórico por meio de instrumentos fiscais e urbanísticos, como redução ou isenção de IPTU e ou até a remissão de valores e aplicação de Transferência do Direito de Construir. Então aquelas pessoas que preservarem as suas edificações, que mantenham a originalidade do centro da cidade aqui principalmente, nessa área já, como é que chama, consolidada, ele pode ter também benefícios fiscais junto à tributação municipal no seu IPTU. Aqui nós temos algumas edificações no Município, particulares, que ainda preservam algumas características originais desde a constituição de Major Sales. Então isso é algo a se preservar. Controlar e fiscalizar permanentemente o uso e ocupação do solo urbano, tendo como princípios a função social da cidade e da propriedade. Programa de estruturação da política de desenvolvimento territorial. Capacitação dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Tributação e Finanças e Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Recursos Hídricos para atuar efetivamente na gestão urbana com foco na fiscalização do uso e ocupação do solo urbano. Correção e ajuste do perímetro urbano da sede municipal, definidos pela lei 104/2006. Então, é como a gente viu aqui nos mapas anteriores que ele mostrou, nós temos um perímetro urbano definido pela lei de 2006, essa lei 104, e para fazer a redefinição dele com essa nova apresentação do novo corpo urbanístico, para os próximos anos. Regulamentação do processo de licenciamento para parcelamento do solo urbano, tanto para implementação de novos loteamentos, quanto para desmembramento de glebas urbanas, em que a apresentação do projeto seja condição e dispensável à concessão de alvarás. Isso aqui para viabilidade de apresentação de novos empreendimentos urbanísticos aqui como novos loteamentos, para que ela possa dar o aval para que se possa o aval, alvará, né? Para que ele possa vender os seus lotes. Porque aqui, Klinton, a gente conversou desde o início aqui, a gente tem um problema em Major Sales com os loteamentos. Aqui eu mesmo, quando prefeito, eu passei por uma situação que uma pessoa veio me procurar para saber o que é que fazia, porque tinha adquirido um lote em um local que não tinha acesso, tinha terreno na frente atrás de um lado do outro, só se ele chegasse lá de helicóptero, não tinha como chegar. Então para evitar essas situações, ruas sem saída, situações de dimensionamentos mal feitos, de lote, de rua, de tudo isso, para se adequar com a lei, todo o loteamento vai ter que passar obrigatoriamente pela



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

prefeitura para que possa ser disponível para o mercado, digamos assim. Fiscalização dos loteamentos em fase de implantação e em casos de desmembramento quanto à existência e qualidade da infraestrutura urbana básica constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e vias de circulação, 2, 3, ZEIS 1 e ZEIS 2. Planejamento, gestão e fiscalização do uso e ocupação do solo urbano, considerando usos e ocupações adequadas e a integração e articulação da malha viária de setores precários a serem urbanizados ou dos novos loteamentos ao sistema viário existente devidamente hierarquizado. Elaboração e implementação de legislação municipal que estabeleça a obrigatoria de contratação de caçambas estacionárias para o descarte adequado de resíduos de construção civil. Executar a política nacional de proteção e defesa civil em âmbito local. Elaboração e implementação de legislação municipal de delimitação de bairros na cidade de Major Sales. Isso aqui é uma coisa que a gente quer muito, há muito tempo né, Betânia, que a gente possa fazer a divisão legal dos bairros de Major Sales. Hoje em Major Sales toda... os Correios têm reclamado muito isso, tudo é Centro. O bairro de Bom Jardim vem Centro, aqui no bairro do Amor é Centro, aqui no centro é Centro, lá na... Em todos os locais da cidade, todos os bairros que a gente conhece como bairro, vem o documento como Centro, porque não tem essa divisão legal. Então, isso é um próximo passo, que nós, junto ao Poder Executivo, Legislativo e a população, para poder partir dessa nova etapa, que é para a gente fazer essa divisão hierarquizada dos bairros de Major Sales. Planejar e implementar equipamentos públicos conforme a lei federal 6.766/1979. Programa de planejamento e implantação de equipamentos comunitários e urbanos e reforma ou melhoria dos equipamentos existentes em consonância com o zonamento urbano proposto. É necessário que os equipamentos contemplem as pessoas com deficiência através de acessibilidade universal. Construção de praça em terreno situado próximo à barragem de Dedé de Marieta, no bairro Centro entre as ruas Sebastião Ribeiro e Antônio Franco da Silva. Isso aqui é aquela área de esporte e lazer que fica situada ali no antigo campo de futebol, Laura Maria da Conceição. Construção de praça com parque infantil e academia da saúde em terrenos situados entre as ruas José Fernandes da Silveira e rua Sebastião Ribeiro no bairro Bom Jardim. É a mesma? Construção de praça com parque infantil e a academia saúde do terreno situado na esquina entre as ruas Francisco André de Moraes e a rua Maria Mafaldo de Oliveira Sales no bairro Pôr do Sol. Esse

3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

terreno aqui seria naquele terreno que tem ali vizinho a Eresmina Carlos aqui na UBS, aqui embaixo que esse terreno eu acho que inclusive é de Wellington, o Wellington, paulista. Implementação de parque urbano em terreno situado na rua Mauro Germano no bairro Bela Vista, na área que está inserida a Zona de Especial Interesse ZEIS 1, que esse aqui é onde está a quadra que hoje está lá, que lá tem uma previsão de ser construída lá uma arena de futebol *society* para o Município e esporte lazer. Reforma de quadra poliesportiva situada na rua Mauro Germano com implementação de cobertura e adequação de acesso de equipamento, que é exatamente esse mesmo equipamento que a gente acabou de falar. Articulação entre o Poder Público Municipal e a Secretaria do Estado de Educação da Cultura do Esporte e Lazer para a sessão do prédio da antiga escola Coronel Antônio Germano para a instalação do Museu Integrado do Povo Sertanejo em consonância com a ação 12.6.9. Aqui a indicação é para que naquela escola, o Coronel Antônio Germano que está fechada, ali seja construída um museu que contemple não só as questões de Major Sales, mas também algumas questões aqui regionais, trazer para cá, e ficaria um local de acesso mais visível, os transeuntes, todo mundo que passar vai ver ali que ali é um museu, vai gerar mais o interesse de visitar, vai trazer mais a circulação de pessoas para cá. Hoje a gente tem um museu que é muito bom ali, onde era a antiga escola Antônio Zé da Rocha, porém ele fica em uma localização de difícil acesso e visualização. Ali ficaria mais visível, seria um local bem visível para quem circula aqui nessa BR que tem grande circulação todos os dias. Readequar a edificação da Escola Municipal Antônio Zé da Rocha, atualmente ocupada pelo Museu Cultural Francisca Dantas de Moraes, para abrigar o espaço integrado de acolhimento social. A mudança do museu para o novo local permitirá que a edificação seja adaptada para o novo uso, conforme previsto na ação 6.1.7 e 13.1.9. Sugere-se a construção do terminal rodoviário em terreno localizado as margens da BR-405, indicado como ADE de Terminal Rodoviário, em consonância com a ação 8.4.1. Esse terreno aqui é de Júnior dos perfumes de Luiz Gomes, aquele terreno ali vizinho a prefeitura que fica de frente à BR, na esquina com a prefeitura. Construção de um abrigo ou canil público para o controle de animais em situação de rua. Ampliação do cemitério público de Major Sales.

Klinton Melo (CMT): “Vou explicar aqui para vocês todos esses equipamentos, todos não, mas a maioria deles que ele comentou agora, só para vocês entenderem a localização. A proposta do terminal rodoviário seria nesse terreno que está em roxo aqui próximo à prefeitura, a prefeitura



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

está aqui, então seria esse terreno. A reforma da quadra seria essa quadra no bairro Bela Vista. A implementação do parque urbano seria justamente no entorno ali, na parte onde não tem tanto o sólido úmido, não tem tanto esgoto, é uma parte que estaria adequada no entorno da quadra. A proposta da praça pública, que inclusive já tem o projeto para ser implementado ali próximo da barragem de Marieta. Na verdade, seria apenas um equipamento para implementar uma academia de saúde e um parque infantil para a população justamente aqui do bairro Bom Jardim ter acesso próximo aqui das suas casas. A construção da praça no bairro Pôr do Sol, próximo aqui da Baixada da Paixão também, é o terreno que você comentou que tem um... Eu esqueci o nome do proprietário. E a ampliação do cemitério público para a parte posterior do cemitério. Existe aqui ainda o terreno que está inclusive, tem uma via que ainda não está pavimentada, mas tem um espaço para a ampliação do cemitério também. E é isso, a gente termina. Obrigado, Thales. Vou passar aqui pra Darlania, assistente social.”

Darlania Leandro, assistente social (CMT): “Bom dia, gente. A gente vai discutir agora sobre desenvolvimento econômico, que eu acho que é um dos pontos principais sobre a cidade, né? A gestão pública tem muito interesse sobre isso, pra até desafogar um pouco dessa questão de geração de emprego e renda, né? Movimentar a economia e garantir muito mais sustentabilidade social. Queria convidar Danilo e Marlene pra dar início à diretriz de discussão sobre desenvolvimento econômico. Então a intenção maior é garantir essa visibilidade do Município e agradecer a todos os relatores.”

Marlene Ribeiro, munícipe de Major Sales: “Programa Institucional para a Implementação de Políticas Públicas Voltada para a Economia Sustentável. Elaboração de diagnóstico das atividades econômicas realizadas em Major Sales e das instituições de apoio aos setores da economia existentes no Município. Desenvolvimento de um sistema de processamento de dados econômicos do Município, abarcando a sistematização de um banco de dados sobre o desenvolvimento econômico, produção e outros temas correlatos. Criação de cursos de inclusão produtiva alinhados com a potencialidade regional com o objetivo de reduzir a dependência da população em relação aos programas assistenciais das esferas municipal, estadual e federal. Realização de estudos sobre as potencialidades turísticas e viabilidade técnica para a criação de um roteiro regional turístico em conjunto com os Municípios do entorno. Programa de criação e incentivo à formalização do trabalho e das atividades econômicas. Regularização dos





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

empreendimentos, estabelecimentos comerciais e serviços, juntos à administração municipal e a junta comercial do estado do Rio Grande do Norte. Articulação com o sistema nacional do emprego no Rio Grande do Norte para a criação de um sistema de intermediação de mão de obra voltado para os trabalhadores desempregados ou em busca de novas ocupações no Município e região. Criação de postos de atendimentos para trabalhadores desempregados e para aqueles em busca de novas ocupações com o objetivo de direcioná-los em relação à demanda de trabalho na região. Ampliação do programa de fomento ao empreendedorismo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Município de Major Sales. Busca por recursos e projetos de incentivo ao empreendedorismo junto às instituições públicas e privadas. Programa de incentivo ao associativismo e fomento à inserção social pelo trabalho no âmbito apoio econômicas dos setores populares. Projeto de fortalecimento das associações para a criação de cooperativas com desenvolvimento de formas produtivas e solidárias de beneficiamento e comércio de produtos agrícolas, derivados ou subprodutos da pecuária. Realização de ações que estimulem e apoiem a criação de sindicatos, associações profissionais e cooperativas de produção e comércio de produtos agrários, artesanais e industriais produzidos no Município. Elaboração de um plano de divulgação de fontes e meios de acesso ao financiamento, com vista à facilitação do acesso ao microcrédito para pequenos empreendedores, bem como a aquisição de equipamentos e infraestrutura para pequenos e médios produtores rurais associados ou cooperados.”

Daniilo Silva, munícipe de Major Sales: “Programa de incentivo a associativismo e fomento à inserção social pelo trabalho do âmbito, apoio econômico e dos setores populares. Estimular o empreendedorismo local para oportunizar novas fontes de renda e promover a geração de trabalho ou emprego. Estimular a prática econômica solidária do Município. Programa de fortalecimento do comércio. Realização do cadastramento de todos os estabelecimentos comerciais do Município, escrevendo os segmentos econômicos com detalhes sobre o perfil do pessoal ocupado, relação de trabalho, jornada de trabalho, média de remuneração e distribuição de produtos, regularização dos comércios junto à Administração Municipal e a Junta Comercial do estado do Rio Grande do Norte, utilizando o escritório de Pau dos Ferros através da obtenção do alvará municipal de funcionamento e do cadastro nacional de pessoas jurídicas. Implantação de um centro de comercialização e distribuição da produção agropecuária e de seus derivados, bem como da produção agroindustrial e de serviços. Implantação da agricultura familiar na feira





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

livre. Programa de fortalecimento das atividades industriais e agroindustriais. Diagnóstico das atividades agroindustriais para a busca de linhas de créditos e parcerias. Elaboração de um projeto de qualificação de mão de obra voltada para as atividades agroindústrias em Major Sales, principalmente relacionada à preservação, resgate da culinária local, casas de farinhas, engenhos e comidas típicas. Elaboração de diagnóstico das atividades agroindustriais em busca de linhas de créditos e parcerias. Realização de feiras de exposição da culinária local para o fortalecimento do setor produtivo, casas de farinhas, engenhos, comidas típicas durante a feira e artesanato, culinárias e regionais. Programa de Fortalecimento das Atividades Agrícolas. Realização de estudos de viabilidade socioeconômica e ambiental para a prática de piscicultura profissionais com suporte das secretarias estaduais. Elaboração de projetos para as adesões de linhas de crédito visando-se a melhoria e organização e da comercialização da agricultura familiar, além da aquisição de equipamentos adequados para o benefício, o beneficiamento. Programa de fortalecimento das associações para a criação de cooperativas com o desenvolvimento de formas produtivas e solidárias de beneficiamento e começo de produção agrícola. Programa de fortalecimento das atividades agrícolas. Projeto de estímulo à agricultura orgânica e à implantação das hortas comunitárias na área rural. Incentivo ao beneficiamento e comércio dos produtores provenientes da agricultura familiar e apoio em busca de parcerias e acesso à linha de crédito para agricultor familiar. Ampliação de ações e parcerias de assistências técnicas para os agricultores rurais. Capacitações de agricultores para a utilização de métodos mais eficazes e eficientes de captação de armazenamento e uso econômico de água para as atividades agrícolas. Programa de fortalecimento das atividades agrícolas, fortalecimento e apoio produtivo à fruta e cultura local, banana, goiaba, caju, coco da baía, manga, mamão. Realização de curso de capacitação para beneficiamento e escoamento produtivo de fruta e cultura local. Banana, goiaba, caju, coco da baía, manga, mamão, das localidades rurais. Realização de oficinas e cursos profissionalizantes para o fortalecimento da agricultura, de produção de vassouras, tapetes, artesanato em barro, painéis, fantasias de caboclos, estruturas em madeiras e etc. Programa de fortalecimento e estímulos das atividades de pecuária. Projeto de estímulo de desenvolvimento da apicultura de criação de caprinas, ovinos e aves. Projeto de apoio às entidades de produção e beneficiamento dos produtos provenientes da pecuária, fruticultura e piscicultura. Capacitação dos criadores de rebanhos de caprinos e ovinos para disseminar tecnologias de aprimoramento e





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

controle de qualidade e da produtividade dos rebanhos. Elaboração de um plano de qualificação profissional para o beneficiamento, embalagem, armazenamento e comércio de subprodutos ou derivados dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos como outros, como couro, ossos, leite, queijo, derivados de frutas, entre outros. Aos criadores de rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos para acessar linhas de crédito visando o crescimento da atividade. Beneficiamento e armazenamento de forragens adaptadas ao semiárido como objetivo de disponibilizar alimento permanente e matéria-prima para formação de servas estratégicas. Identificação e implementação de tecnologias para explorar os aspectos possíveis e minimizar os efeitos negativos dos projetos caprinos, ovinos e bovinos. Capacitação dos pecuaristas para a utilização de métodos mais eficazes e eficientes de capacitação e armazenamento e uso econômico da água para a pecuária.”

Darlania Leandro (CMT): “Obrigada aos relatores. A gente vai dar uma pausa agora e abrir as dúvidas enquanto faz a troca da câmera, da fita. Eu sou do tempo de fita.”

Uyara Vasconcelos (CMT) anunciou o intervalo para o almoço e foi feita uma pausa de cerca de trinta minutos na audiência pública.

Klinton Melo (CMT): “Alô, boa tarde gente, todo mundo aí satisfeito? Bora retomar? Queria chamar aqui a Ana Priscila Germano. A gente vai falar agora aqui sobre mobilidade e acessibilidade, como a gente pode pensar em melhorias, são propostas pensadas para melhorias na locomoção, dentro da cidade, dos modais, a pé, pedal, de bicicleta, questão de transporte, das calçadas, dos espaços públicos. Vou passar aqui para a Ana Priscila, ela vai ler as propostas.”

Ana Priscila Germano, munícipe de Major Sales: “Boa tarde, pessoal. Diretriz 3.8. Promover a mobilidade e a acessibilidade de todos os cidadãos e cidades no território municipal. 8.1.1. Elaboração e implementação de plano municipal de mobilidade e acessibilidade. Promover a articulação institucional visando a efetivação de uma atividade consorciada com os Municípios da micro região, objetivando o fornecimento e assistência técnica para a elaboração de projetos urbanos, e a hierarquização e adequação do sistema viário da zona urbana, elaboração e implantação de projetos e pavimentação, melhoria ou conservação das vias urbanas, e implantação e adequação de meios-fios e sinalização. Implantação de faixas de pedestres nas vias com maior fluxo de carros e pedestres, elaboração de projetos para regularização de calçadas e implantação de rampas de acesso, segundo leis e normativas específicas. Elaboração de estudo





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

técnico para promoção e adequação da arborização urbana, de acordo com as características construtivas e funcionais de cada via. Elaboração de projeto para implantação de faixas de ciclovia e bicicletários pela cidade voltadas para a prática de lazer e esportes, bem como para utilização como meio de transporte. Elaboração de cadastro das principais estradas municipais, incluindo equipamentos de drenagem e circulação existentes. Diagnóstico das estradas rurais e estabelecimento de um cronograma de recuperação e manutenção preventiva. Construção de passagens molhadas ou pontes nas principais vias rurais do Município e manutenção das passagens molhadas existentes. Execução da sinalização de trânsito vertical e horizontal nas vias urbanas e estradas rurais e elaboração de projetos para a solução dos problemas existentes. A ação de cooperação interfederativa entre o Município e a Polícia Militar do Rio Grande do Norte para ações de trânsito através de convênio para que a PM amplie suas ações de fiscalização e educação de trânsito. Regularização e organização de serviço de transporte alternativo, disciplinando e distribuindo os pontos de parada em locais estratégicos da cidade, promoção de palestras e treinamentos sobre a educação para o trânsito, via parceria com os órgãos estaduais e federais de transporte, circulação e trânsito. Levantamento de rotas e itinerários praticados pelo transporte alternativo, de forma a subsidiar o estabelecimento dos possíveis novos itinerários e horários, dando prioridade e atendimento às comunidades definidas como centralidades rurais. Realização de parcerias e convênios com o DER do Rio Grande do Norte e o DETRAN do RN para capacitação dos servidores municipais visando a regulamentação e fiscalização do transporte alternativo intra e intermunicipal e gestão do trânsito municipal. Articulação entre o Poder Público municipal e a Secretaria de Estado da Infraestrutura com o Departamento de Estradas e Rodagens e Ministério do Turismo com vistas à construção de um terminal rodoviário.”

João Pereira, geógrafo do PBA 11 - CMT Engenharia Ambiental: “Olá pessoal, boa tarde. Meu relator está indo embora. Tão vendo? Vem cá. Boa tarde, pessoal. A parte de propostas para o saneamento básico e outras infraestruturas, ela é elaborada pelo engenheiro sanitário da equipe, ele não pôde estar aqui hoje por uma intercorrência de saúde, mas ele está bem, está em casa. E aí introduzi o tema dele, o saneamento básico e as outras infraestruturas, que aí são as propostas que a gente pensou no sentido de dotar o Município da melhoria de abastecimento, de saneamento, do fornecimento de energia, de *internet*, de transporte, de água, de luz. E aí a gente vai fazer a leitura das ações e dos programas. Pessoal, tá todo mundo comigo? Vamos lá.”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Kellyson Luiz Pinheiro, secretário de obras de Major Sales: “Boa tarde. Saneamento básico e outras infraestruturas. Ampliar progressivamente o acesso ao saneamento básico e outras infraestruturas. Energia elétrica, telefonia, tecnologia da informação e comunicação, *internet*. Programa de acesso à água potável na zona rural. A adequação e ampliação da abrangência dos serviços de abastecimento de água nas localidades rurais, conforme proposta das ações 9.1.2 e 9.1.3. Criação e capacitação técnica de uma comissão de segurança para o abastecimento de água na zona rural, composta por representantes das localidades rurais, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Conselho Municipal de Serviços Públicos, de Saneamento Básico e do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Elaboração de um plano de ações com vistas à realização de readequações operacionais e estruturais dos sistemas de abastecimento nas localidades rurais abastecidas. Controle sistemático da qualidade das águas subterrâneas utilizadas nos sistemas de abastecimento da zona rural, além da implantação de sistema de tratamento adequado. Elaboração de estudo prévio de viabilidade técnica e econômica para definir a melhor forma de abastecimento para as localidades rurais não abastecidas. Elaboração de inventário dos domicílios rurais que dispõe de cisternas de captação de água da chuva e dos domicílios que ainda demandam essa infraestrutura. Adesão a programas estaduais ou federais para acessar recursos voltados para a ampliação do número de cisternas, de captação de água da chuva dos domicílios rurais. Adesão de programas federais ou estaduais para acessar recursos voltados para implantação, ampliação e melhorias estruturais ou de gestão dos sistemas de abastecimento na zona rural. Promover a articulação política. Mudou... é o dois, né? Programa de Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água, Sede Municipal. Promover a articulação política visando a efetivação de uma atividade consociada com os Municípios da área diretamente afetada do Ramal do Apodi, objetivando o fornecimento de assistência técnica para manutenção das estruturas de abastecimento de água. Criação e formação de uma comissão de segurança para o abastecimento de água na zona urbana, composta por representantes da CAERN, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e da Secretaria de Agricultura. Abastecimento e recursos hídricos com o objetivo de garantir a segurança qualitativa e quantitativa do abastecimento fornecido pelo Poder Público, bem como viabilizar a vigilância e inspeção da água pela Secretaria de Saúde do Município. Elaboração de um plano de ações, manutenções, reformas, sinalização, pinturas, limpeza e etc., para a realização





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

de readequações operacionais e estruturais do sistema de abastecimento da sede municipal, conforme nas necessidades identificadas no Diagnóstico Municipal do PDMP de Major Sales. Adesão a programas federais ou estaduais visando ao acesso e a recursos para a implantação, ampliação e melhoria estruturais ou de gestão dos sistemas de abastecimento na sede urbana. Elaboração de programas e projetos federais ou estaduais para acesso a recursos visando a implantação de descontos em contas de água, contas do setor comercial da CAERN por práticas sustentáveis relacionadas ao abastecimento de água. Implantação de sistema de esgotamento sanitário da área urbana. Articulação com a Secretaria do Estado de Planejamento do orçamento e gestão para viabilizar a ampliação e operação do sistema de esgotamento sanitário na sede urbana de Major Sales. Solicitação do projeto básico de esgotamento a CEPLAN quando este for elaborado. A avaliação da área de abrangência de cobertura deste, além da localização, é da estação de tratamento de esgoto. Eliminação dos lançamentos de esgoto e natura dos cursos d'água contaminados do Município. Adesão a programas federais ou estaduais, visando ao acesso a recursos para a implantação, ampliação e melhorias estruturais ou de gestão do sistema de esgotamento sanitário na sede municipal urbana. Adesão aos programas de projetos federais e estaduais para acesso aos recursos visando o Código Tributário Municipal com a implementação do IPTU Verde em edificações do Município de Major Sales, estabelecendo benefícios fiscais aos participantes do Programa ao Esgotamento Sanitário. Passar um pouco para a doutora.”

Myckaella Georggya Maciel, servidora pública da Prefeitura de Major Sales: “Acesso ao esgotamento sanitário na área rural. Elaboração do estudo prévio de viabilidade técnica e econômica para proposição de sistemas de tratamento dos esgotos sanitários na zona rural considerando a ação 9.4.2. Incentivo e apoio à implantação de técnicas de baixo custo no tratamento sustentável dos esgotos como sanitários secos, valas de infiltração, bacia de evapotranspiração, *wetlands* e tratamento com disposição no solo, dentre outros, visando a reutilização do efluente final na agricultura familiar de forma sanitariamente segura e compatível com a realidade natural e cultural local. São sistemas que recriam ambientes naturais aquáticos, nas quais as plantas tratam os efluentes pela depuração. De acordo com os docentes, essa técnica tem sido usada em vários países para tratamento secundário e terciário para recuperação de rios degradados. Adesão a programas federais e ou estaduais, visando ao acesso a recursos para a implantação, ampliação e melhorias estruturais, ou de gestão dos sistemas de esgotamento



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

sanitário na área rural. 9.5 Programa de Melhoria da Gestão de Resíduos Sólidos Implantação de Sistema de Coleta Seletiva, considerando as ações previstas nos itens 9.5.2 e 9.5.15. Implementação e Operação do Consórcio Intermunicipal para a Gestão dos Resíduos Sólidos, mediante parceria com o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste e Potiguar. Apoio para criação e fortalecimento de associação de catadores de materiais recicláveis. Articular com empreendimentos da construção civil e pequenos construtores, modelos para estruturar e implantar sistemas de planos de gerenciamento de resíduos da construção civil. Ampliação e melhoria da coleta na sede urbana, centralidades e concentrações rurais. Adequação dos veículos e equipamentos de segurança utilizados na coleta de resíduos. Treinamento e melhoria das condições de trabalho dos coletores de resíduos e melhoria da eficiência do serviço de coleta. Realização de campanhas de conscientização da população para a colaboração na implantação da coleta seletiva. Cadastramento de agentes e de iniciativas de coleta de materiais recicláveis na zona rural. Implantação de um centro de triagem e armazenamento de materiais recicláveis. Implantação de unidades de coleta de resíduos recicláveis nas comunidades, apontada como centralidades rurais e concentrações rurais. Implantação de um centro de triagem e armazenamento de material reciclável. Consolidação do consórcio intermunicipal multifinalitário dos Municípios do Oeste e Potiguar. Substituição do destino final do lixo, o lixão, por aterros sanitários. Elaboração de um plano de recuperação ambiental para a área utilizada como lixão. Incentivo à adoção de técnicas para o aproveitamento dos resíduos orgânicos domésticos na área rural. Realização de campanhas de conscientização e colaboração no processo de fiscalização da implantação de sistemas de logística reserva conforme estabelece a Lei Federal 12.305/2010. Para os seguintes produtos, embalagens vazias de agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e suas embalagens, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e luz mista, produtos eletroeletrônicos e seus componentes. Articulação para incentivo de economia circular considerando os segmentos domésticos, industrial, agrosilvopastoril, eletroeletrônico, da construção civil, de produção de lâmpadas com vapores de mercúrio, de saúde e relacionando produtos perigosos conforme estabelece a Lei Federal 12.305/2010. Adesão a programas federais e ou estaduais para acesso a recursos visando a implantação, ampliação e melhorias estruturais de gestão relacionada a resíduos sólidos. Implementação do IPTU Verde em edificações no



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Município de Major Sales estabelecendo benefícios fiscais aos participantes do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos. Provisão de um matadouro público para o Município.”

Klinton Melo (CMT): “Gente, queria fazer um adendo sobre essa questão do matadouro público. Isso foi uma demanda que foi apresentada pela questão de que o abate dos animais acontece de forma informal aqui no Município, geralmente nas próprias localidades rurais. E isso é uma questão de saúde pública também. Então, existe essa necessidade. A priori, a gente estava indicando a construção de um matadouro público em Major Sales, mas aí o doutor Thales me relatou que existia um processo, uma conversa com o Município de Luís Gomes que está para implementar. Tem um plano de implementação de um matadouro público em Luís Gomes que ainda está em andamento. Então, a gente indicou que a provisão do matadouro público e nas diretrizes lá a gente está indicando que seja feito um consórcio com Luís Gomes, a gente está indicando que seja feito um consórcio intermunicipal para que Major Sales possa utilizar esse equipamento lá porque é um equipamento caro, ele é grande, então a gente achou que faz mais sentido essa interconexão de acordo com o que foi relatado para a gente e com o que o pessoal de Luís Gomes também relatou. Tá certo?”

Myckaella Georggya Maciel, servidora pública da Prefeitura de Major Sales: “Programa de Manejo Sustentável das Águas Pluviais, Elaboração de Levantamento Topográfico da Zona Urbana, Expansão Urbana e Delimitação Precisa dos Custos d'Água, Linhas de Drenagem e Áreas Sujeitas à Inundação. Restrição de Ocupação das Áreas Sujeitas a Alagamento e Cabeceiras de Cursos d'Água. Elaboração de estudo técnico para avaliação de ocupações em áreas sujeitas a inundações, linhas de drenagem e cursos d'águas canalizadas. Implantar ou adequar sistemas de microdrenagem nos setores em que há ocupações consolidadas em linha de drenagem, mediante confirmação de ausência de risco. Incorporação nas diretrizes de parcelamento do solo do Município e em processos de licenciamento de novos loteamentos de princípios de drenagem urbana sustentável, com controle de escoamento na fonte considerado no Diagnóstico Municipal do PDMP de Major Sales. Adesão a programas federais e ou estaduais para acessar recursos para a elaboração estruturais ou de gestão de sistemas de drenagem urbana. 9.7 Programa de acesso à energia elétrica, iluminação pública, telefonia, internet na zona rural e sede do Município. Adequação e ampliação da abrangência dos serviços de iluminação pública, criação de um Conselho de Segurança para o abastecimento de energia elétrica, iluminação pública, telefonia e





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

internet na zona rural, sede municipal, composto por representantes das localidades rurais da sede municipal, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e do Conselho Municipal de Meio Ambiente, na melhoria das infraestruturas supramencionadas. promover a articulação política e institucional visando a efetivação de uma atividade consorciada com os Municípios de Major Sales, Luís Gomes, José da Penha e Paraná, os quais compõem a área diretamente afetada do Ramal do Apodi, objetivando o fornecimento de assistência técnica para atendimento das atividades de energia elétrica e iluminação pública. Promover a articulação política institucional, visando a efetivação de uma atividade consorciada com os Municípios da microrregião, objetivando o fornecimento de energia solar. Promover a articulação política e institucional visando a efetivação de uma atividade de parceria dos Municípios de Major Sales, Luís Gomes, José da Penha e Paraná, os quais compõem a área diretamente afetada do Ramal do Apodi, objetivando a construção de usinas solares sobre os trechos do canal do Ramal do Apodi, com o fornecimento de assistência técnica para atendimento das atividades de energia elétrica e iluminação pública. Elaboração de um plano de ação com vistas a readequações operacionais e estruturais dos sistemas nas localidades rurais abastecidas. Promover a articulação política e institucional para a adesão a programas e projetos federais e ou estaduais com o objetivo de acessar recursos visando a implementação de programas de letramento digital. Promover a articulação política e institucional para a elaboração de programas e projetos federais e estaduais no Município, buscando ampliar o programa Cidades Digitais do Governo Federal através do Ministério das Comunicações. Articulação com o MCOM e com o MCTI promovendo a implementação de programas e projetos desenvolvidos pelas tecnologias de informação e comunicação, instituindo projetos de cidades inteligentes voltadas para a tecnologia e políticas públicas e no meio ambiente. Obrigado pessoal. E aí como não poderia deixar de sair, volta Klinton.”

Klinton Melo (CMT): “A última vez. Pessoal, queria convidar aqui a Ornella Almeida para a gente falar sobre a questão de habitação, mais especificamente a habitação de interesse social, os programas, as políticas voltadas para a política habitacional de interesse social.”

Ornella Almeida, servidora pública da Prefeitura de Major Sales: “Boa tarde pessoal, vamos dar continuidade. Diretriz 10, promove o acesso à moradia digna e à terra urbanizada. Elaboração e implantação do programa de estruturação institucional para política habitacional. Elaboração e





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

implantação do plano local de habitação e interesse social em consonância com a ação 15.4.2. Programa de oferta de terra urbanizada para todos os segmentos sociais. Implantação de zonas especiais de interesse social nas ZEIS tipo 1, ocupação irregulares a assentamentos precários. Tipo 2, vazios urbanos. Tipo 3, ocupação irregulares e assentamentos precários em APP, associada a elaboração dos planos de urbanização. Adoção de IPTU Progressivo no Tempo de acordo com a peculiaridade do imóvel. Adoção de concessão de direito real de uso e concessão de uso especial para fins de moradia. Programa de melhorias das habitações urbanas e rurais. Proposição de projetos, parcerias ou convênios a outras esferas governamentais, exemplo, Ministério das Cidades, Fundas, a Caixa, Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Sociais, dentre outros, para execução de ações voltadas, a construção de habitação de interesse social, atrelada a ações de melhorias habitacionais conforme a demanda local. Execução de melhorias habitacionais nas comunidades rurais, que apresentam maiores carências e deficiências habitacionais. Elaboração de estudo técnico para identificar e destinar as áreas de assentamentos rurais e de interesse social. Promover articulação política visando a efetivação de uma atividade consociada com os Municípios da micro região, objetivando o fornecimento da assistência técnica em interesse social. Programa de melhorias das habitações urbanas e rurais. A elaboração de projetos de urbanização de cada ZEIS. Elaboração e execução do plano de urbanização de cada ZEIS do tipo 1, 2 e 3. Programa de gestão de riscos e recuperação ambiental para as ZEIS 3 e ADE da faixa de segurança. Elaboração de estudo técnico para avaliação de riscos de alagamento e inundações nas áreas das ZEIS 3 e na ADE e na faixa de segurança .”

Klinton Melo (CMT): “Alguém tem alguma dúvida, gente, relacionada a esses temas que foram abordados?”

Darlania Leandro (CMT): “Boa tarde, gente, novamente. E agora eu convidaria a Marleide para a gente continuar a discussão sobre as políticas públicas e sociais, a reestruturação, melhoria e consolidação da política de saúde.”

Marleide Ribeiro, munícipe de Major Sales: “Boa tarde a todos. Programa de dimensionamento e adequação do serviço de saúde no Município. Celebração de acordo com a gestão regional a 6ª SAP, Universidade Regional de Saúde Pública, URSAP, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, o SESAP, para execução do plano de adequação e dimensionamento dos serviços da saúde de Major Sales em função das demandas identificadas no diagnóstico municipal





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

do PDMP de Major Sales. Articulação com a Universidade Regional de Saúde Pública, o SAP, na Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte, o SESAP, para a realização dos exames complementares compatíveis com os critérios estabelecidos pelo SUS, de acordo com a demanda existente no Município. Elaboração de um plano municipal de humanização conforme os princípios da política nacional de humanização, de atenção e gestão, de SUS. Readequação para um suporte maior na estrutura hospitalar, regulação eficaz de 24 horas do serviço de transporte e acompanhamento de pacientes para cidades de referência. Programa de aprimoração . Aprimoramento dos equipamentos e serviços ambulatoriais. Ampliação e melhoria dos meios de transporte para pacientes das centralidades rurais e concentrações rurais, visando facilitar o deslocamento para o acesso aos serviços de saúde no Hospital Municipal Maternidade Mãe Tete de Major Sales, Hospital Regional Doutor Cleodon Carlos de Andrade, em Pau dos Ferros no Rio Grande do Grande Norte, Hospital Regional Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal, no Rio Grande do Norte. Ampliação do Serviço Municipal de Transporte de Pacientes de Major Sales, especialmente para transferência de pacientes no Hospital Municipal de Maternidade Mãe Tetê, para o Hospital Regional Doutor Cleodon Carlos de Andrade, em Pau dos Ferros, o Hospital Regional Tarcísio Maia, em Mossoró, e o Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal, de consulta de atenção básica na rede municipal de saúde com a implantação desse serviço nos bairros urbanos e nas centralidades rurais, visando melhorar o atendimento da população nas localidades rurais. Programa de fortalecimento do serviço do controle epidemiológico. Mapeamento das principais doenças ocorridas no Município, especialmente aqueles de veiculação hídrica e transmissíveis por vetores. Realização de campanhas de prevenção e combate à hipertensão arterial e diabetes. Programa de promoção da saúde pública. Investimento na promoção da saúde através de ampliação e mapeamento das atividades educativas e dos grupos coletivos de forma articulada entre as políticas sociais, saúde e assistência social e educação. Formação e implantação de programa para o público infantil, adolescentes, jovens e idosos, como educação sexual, prevenção de gravidez precoce e planejamento familiar voltado aos adolescentes. Programa de aprimoramento das estratégias da saúde da família. Ampliação das equipes da estratégia de saúde da família. Melhoria das condições de trabalho aos agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias, de maneira a proporcionar





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

melhores condições de atendimento às famílias e localidades inseridas nas estratégias de saúde da família.”

Darlania Leandro (CMT): “Obrigada. Gostaria de chamar a Verônica para dar continuidade à discussão do tema educação, cultura, lazer e desportos. Cadê a Verônica? Ah, está ali do outro lado. Deu certo.”

Verônica da Silva, munícipe de Major Sales: “Boa tarde a todos. Programa de melhorias das ações do sistema de ensino municipal. Elaboração de diagnóstico detalhado sobre a situação das escolas municipais, no que se refere às modalidades e sistema de ensino oferecidos. Número de alunos, quadro de funcionários, merenda e transporte escolar, entre outros. Programa de estímulo à alfabetização de jovens e adultos e adequação do EJA. Adequação de conteúdo e metodologia da educação de jovens e adultos, EJA, para superar as debilidades identificadas e contemplar as peculiaridades locais. Estruturação de sistema de monitoramento e avaliação da educação de jovens e adultos. Programa de readequação do modelo pedagógico de educação regular para a educação do campo. Ações. Implantação de educação do campo nas escolas rurais da rede municipal de ensino público. Grade curricular voltada para professores habilitados para ministrar aulas de educação do campo. Articulação com o governo estadual e o federal para instalação de escolas família agrícola, nos prédios públicos e ou escolas desativadas e utilização do material de apoio didático, "Educação e Semiárido: Novos Olhares, Novos Caminhos" nos prédios das escolas em funcionamento. Promoção de curso sobre técnicas de cultivo e beneficiamento de produtos agrícolas, agropecuários e apícolas. Programa de desenvolvimento sociocultural. Ações, elaboração e execução de projetos de educação ambiental, visando o uso sustentável e a preservação dos recursos naturais. Elaboração de plano de ação visando a recuperação, preservação e convivência com bioma caatinga. Elaboração do projeto de execução de educação ambiental e plano de ação visando a gestão de resíduos sólidos. Programa de apoio ao ensino superior profissionalizante tecnológico. Elaboração de estudo para identificar com acurácia as demandas da área de ensino técnico e profissionalizante. Articulação institucional e celebração de convênio para viabilizar a implantação dos programas Escola Aberta e Conexão de Saberes nas escolas de Major Sales. Desenvolvimento de atividades comunitárias de lazer, esporte, cultura, arte, formação inicial para o trabalho e geração de renda para as comunidades no entorno das escolas no final de semana. Programa de apoio ao ensino superior profissionalizante tecnológico.





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ações. Articulação institucional para adesão ao programa de formação inicial e continuada do Ministério da Educação que oferece qualificação profissional para meio de cursos via PRONATEC e a Escola Virtual do Governo. Ampliação do programa de inclusão digital na sede do Município e nas localidades rurais. Programa de valorização e conservação da cultura e da história de Major Sales. Ações. Elaboração e implementação do plano municipal de cultura. Elaboração de inventário dos locais e das manifestações culturais de relevância histórico cultural para o Município. Instituição de Política Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. Difusão de atividades culturais locais nas escolas e catalogação das festas e eventos existentes no Município. Programa de valorização e conservação da cultura e da história de Major Sales. Ações. de elementos e grupos culturais na arte e educação das escolas e nos programas sociais como serviço de convivência e fortalecimento de vínculo. Elaboração de projeto de valorização da identidade local, cultural e histórica do município. Capacitação da comunidade artística para a elaboração de projetos de inserção em programas governamentais e não governamentais de estímulo às atividades culturais, como por exemplo o Ponto da Cultura. Criação do Museu Integrado do Povo Sertanejo. Programa de implantação, acesso, ampliação e melhorias dos espaços de esporte do Município. Ações. Mapeamento dos equipamentos de esporte existentes no Município. Recuperação e ampliação dos campos e quadros de futebol nas localidades rurais. Elaboração de um plano de atividades esportivas para a população de Major Sales. Programa de fomento ao turismo no Município de Major Sales. Ações. Elaboração de plano para desenvolvimento do turismo no Município, com mapeamento das atividades existentes. Implantação de um ponto de atendimento ao turista de Major Sales. Instalação de monumento que remeta a identidade cultural do povo sertanejo. Implantação de espaço colaborativo, de exposição de artesanatos locais na rodoviária movimentando empreendedorismo e geração de renda em Major Sales em consonância com a ação 6.19.”

Darlania Leandro (CMT): “Obrigada. Eu gostaria de convidar Aunair Ferreira e Djaneidy para dar continuidade à discussão de assistência social.”

Djaneidy Moraes Gomes, munícipe de Major Sales: “Boa tarde a todos. Programa para melhorias do sistema integrado de assistência social em Major Sales. Elaboração de um diagnóstico integrado de todas as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, de modo a facilitar a avaliação, controle e monitoramento das ações. Aperfeiçoamento e



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

manutenção de um sistema de informações sobre os usuários da política de assistência social, profissionais do Sistema Municipal de Assistência Social de Major Sales, conforme preconiza a norma operacional do sistema único de assistência social. Criação e fortalecimento da política de promoção e proteção das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgênero, LGBTQIA+. Fortalecimento da parceria do Centro de Referência de Assistência Social de Major Sales com o Ministério Público e corporações policiais para possibilitar a denúncia, a averiguação, de violações dos direitos individuais e coletivos da população. Melhoria na divulgação do papel do CRAS, Conselho Tutelar, Conselho do Idoso, como catalizadores de denúncias e encaminhamentos referentes à violação dos direitos humanos. Promoção de campanhas de esclarecimento sobre as responsabilidades, inclusive penais, que contribuir direta ou indiretamente para a violência contra os direitos humanos, independente de ser por negligência, omissão, dolo ou culpa. Promoção de campanhas de esclarecimento sobre as responsabilidades, inclusive... Esse é repetido. Criação e estruturação do espaço integrado de acolhimento social. Programa de prevenção e combate ao alcoolismo e ao uso de drogas. Mobilização da sociedade civil para a criação de um grupo alcohólico anônimos para pessoas dependentes de álcool e outras drogas. Realização de campanhas educativas envolvendo as escolas e associações das localidades no combate ao alcoolismo, consumo e venda de bebidas alcoólicas a menores e de prevenções drogas. Criação de mecanismo no programa de defesa dos direitos da criança e do adolescente, criação de mecanismos de fortalecimento do Conselho Tutelar para estimular denúncias e intervenções contra a venda e o consumo de bebida alcoólica e outras drogas a menores de idade, exploração sexual infantil e pedofilia, articulação com as entidades governamentais casais para da Infância e Juventude Estadual, situada no Município de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, na elaboração de projetos para coibir crimes de maus tratos, violência familiar e pedofilia no Município. Projeto de readequação e ampliação dos programas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para contemplar o maior número de adolescentes no âmbito municipal. Programa de Inserção e Promoção Social da Juventude. Ampliação do projeto de formação de grupos de convivência para a área rural, contemplando o maior número de crianças, jovens e idosos. Estímulo à criação de grupos que realizem ações culturais, esportivas e de formação profissional num Município, para ampliar a participação da juventude local nessas atividades. Programa de Defesa dos Direitos das Mulheres. Aumento efetivo e capacitação de funcionários da Secretaria Municipal de Cidadania e



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assistência Social, visando construir a igualdade e equidade de gênero, considerando todas as diversidades, raça, etnia, orientação sexual, deficiências e questões geracionais. Centro de Referência Especializado de Assistência Social para atendimento dos casos de violência contra a mulher, idoso, crianças e adolescentes e população LGBTQIA+. Realização de campanhas em parceria com o CRAS, Ministério Público, Polícia Militar e os demais órgãos da assistência, saúde, educação e segurança sobre os direitos da mulher, principalmente na zona rural. Fortalecimento da participação social e mobilização para alcance dos direitos das mulheres instrumentalizado no índice 15.4.6. Ampliação das ações destinadas à formação profissional e as atividades de convivência e cooperação entre mulheres. Cooperação institucional entre o Município de Major Sales e o estado do Rio Grande do Norte Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, Ministério Público Estadual e a Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, objetivando o recebimento de denúncias, controle e punição sobre os atos de violação contra as crianças e os adolescentes e o Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, o Ministério Público Estadual e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, objetivando o recebimento de denúncias, controle e punição sobre os atos e transgressões contra os direitos humanos. Programa de Defesa dos Direitos dos Idosos. Projeto de Ampliação dos Programas. Ações. Voltados para a população idosa do Município. Elaboração e Execução de um plano de atividades continuadas de convivência dos idosos entre si e com as demais faixas etárias para aprimorar a utilização do Centro de Convivência para o idoso.”

Darlania Leandro, assistente social do PBA 11 - CMT Engenharia Ambiental: “Obrigada! Marleide está aí ainda? Está! De novo, só para finalizar aqui, restinho que é a questão da segurança.”

Marleide Ribeiro, munícipe de Major Sales: “Programa de Proteção do Patrimônio Público. Articulação com sete batalhão de Polícia Militar, da terceira companhia de Polícia Militar de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, para aumento de frequência de rondas na área rural por meio da Patrulha Rural. Ampliação e melhoria do sistema de vídeo e monitoramento. Ampliação de assistência às vítimas e prevenção da violência doméstica e violência de gênero.”



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Darlania Leandro (CMT): “Obrigada, gente. Agora eu vou passar a palavra para Isabelly, que vai discutir sobre a estrutura organizacional. Sim, está aberto para o debate. Quem quiser fazer alguma discussão, algum acréscimo, o documento ainda está aberto a redefinições.”

Isabelly Bezerra (CMT): “Boa tarde aos presentes. A gente vai falar um pouquinho sobre a gestão administrativa do Município. As ações aqui tem como objetivo potencializar a gestão pública municipal de Major Sales. Passar a palavra para a Sara.”

Sara de Oliveira, munícipe de Major Sales: “Boa tarde a todos. Programa de capacitação e treinamento do servidor municipal. Ações: Elaboração de um diagnóstico institucional detalhado que mapeia as deficiências qualitativas da área de recursos humanos. Capacitação e treinamento dos servidores públicos municipais da área administrativa, exemplo, operacionalização de equipamentos de informática, tais como desktops, notebooks, impressoras e etc., e técnica visando a melhoria do atendimento, direto e indireto do público em geral. Aporte financeiro por meio da concessão de gratificação para administração pública, via lei municipal autorizativa, a servidores públicos municipais dos poderes executivo e legislativo que estejam fazendo ou desejem fazer cursos técnicos ou de nível superior para cursos correlatos aos cargos ocupados na gestão municipal. Treinamento e capacitação dos servidores efetivos, ocupantes de cargos de chefia, direção e assessoramento. Programa de reestruturação e organização da administração pública municipal. Ações. Fortalecimento das Secretarias Municipal de Agricultura, Abastecimento e Recursos Hídricos, com treinamento e capacitação, objetivando a qualificação dos servidores públicos lotados neste órgão público. Fortalecimento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos através de realizações de treinamento e capacitação, objetivando a qualificação dos servidores públicos lotados neste órgão público citado na presente ação. Realização de concurso público para a contratação de profissionais. Fortalecimento do Departamento de Fiscalização vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Programa de reestruturação física de equipamentos da administração pública municipal. Estabelecimento de medidas administrativas e compra prioritária de equipamentos que visem eficiência e eficácia dos servidores da área administrativa e técnica. Instalação de controle de ponto eletrônico e de outras ferramentas visando a apuração de produtividade e a assiduidade dos servidores públicos. Implementação de melhorias no âmbito de trabalho, tais como aperfeiçoamento de ferramentas de trabalho, computadores e impressoras, implementação do



3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

sistema de informação municipal, visando melhor atendimento ao público em geral. Programa de adequação de normas municipais em conformidade com o Plano Diretor Municipal Participativo, ações. Revisão do plano plurianual participativo, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual, do código tributário municipal e das leis de organização administrativa do Poder Executivo Municipal. Elaboração e aprovação da lei. de criação do plano local, de habitação, de interesse social em conformidade com o subitem 10.1.1. Criação da coordenadoria de análise e gestão de dados municipais, implantação do plano municipal de saneamento básico, revisão da lei complementar número 340/2017, que dispõe sobre o uso e parcelamento do solo urbano, e rural do Município de Major Sales e de outras providências. Programa de organização e publicidade da documentação institucional e do banco de dados do Município. Ações. Restruturação e organização do acervo da documentação institucional e do Município de Major Sales por meio de técnicas de biblioteconomia e arquivologia, objetivando a melhoria e a organização documental dos acervos físicos e digital. Criação de um sistema informatizado com dados, informações e documentos do poder executivo municipal, com acesso interno pelos servidores públicos municipais, as informações, dados e documentos elaborados no âmbito do poder executivo municipal. Programa de publicidade e informação do Poder Público Municipal. Ações. Aprimoramento, compreendendo a atualização e ampliação do conteúdo do portal oficial do poder executivo municipal, administração municipal na internet e com informações sobre organização institucional, execução de políticas públicas setoriais, bem como a publicização dos atos administrativos, infralegais, portarias, instruções de serviços e dados oficiais, processos licitatórios, calendários de festas, eventos, informações de interesses públicos.”

Isabelly Bezerra, bacharel em direito do PBA 11 – CMT Engenharia Ambiental: “Muito bem. Obrigado. Gente, a gente vai para diretriz 16.”

Rodrigo Maia de Oliveira, servidor público da Prefeitura de Major Sales: “Garantir a gestão democrática do Município na elaboração da implantação e monitoramento de políticas públicas. Ações. Criação e implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento com representação do Poder Público Municipal e da sociedade civil dos diversos segmentos e regiões do município. Capacitação por meio de celebração de instrumentos de cooperação com órgãos e entidades do Governo Federal e Estadual, dos conselhos municipais e dos servidores administrativos, designados como membros da equipe de apoio dos conselhos municipais. Elaboração e aprovação





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

de lei municipal institucionalizando e ampliando da participação social na elaboração das leis parlamentares, diretrizes orçamentárias LDO e lei orçamentária anual LOA. Fomentar a ampliação e aplicação dos instrumentos de gestão democrático da cidade previstos do Estatuto da Cidade. Criação do Sistema de Informações Municipais, SIM, de Major Sales. Implantação de instâncias de participação social, sistema de acompanhamento e controle, criação do Conselho da Cidade, reativação do Conselho de Participação Popular, fortalecimento do Conselho do Idoso, criação do Conselho da Mulher em conformidade com o item 13.5.4, fortalecimento do Conselho da Defesa Civil, fortalecimento da Coordenadoria da Defesa Dúvidas e comentários e sugestões. Bem pessoal, eu só queria fazer uma ressalva desse item das diretrizes 16, que o quanto o plano diretor impacta em outras ações que o município tem que fazer. Porque como criam as leis, principalmente, de uso e ocupação do solo, as nossas leis que estão hoje têm que se adequar à realidade agora do Plano Diretor, que muitas vezes ele se conversa e em outros momentos não. O que tem, ok. O que não tem, a gente tem que alocar nas nossas leis. No Código de Obras, no Código de Conduta, no Código de Saneamento Básico e por aí vai. Só para a gente ter o entendimento que o Plano Diretor mexe com toda a estrutura organizacional do município.”

Camila Andrade, coordenadora do PBA 11 - CMT Engenharia Ambiental: “E aí, minha gente? Obrigada, viu, por terem ficado até o final. Que alegria vocês. Realmente, o povo Major Sales é da resistência, viu? Obrigada. E aí, alguma crítica? Vocês estão fazendo bonito, viu? Vocês são referência. Major Sales a gente leva como referência aí na região. Vocês têm alguma crítica, alguma sugestão, alguma complementação? É isso mesmo? Alguém quer se manifestar nesse final de audiência? O Plano Diretor de Major Sales, no que se refere aqui aos propósitos, saneamento, regulamentação e adiante, isso é aprovado pela Plenária?”

Plenária da Audiência em consenso conclama: “Aprovado.”

Uyara Vasconcelos (CMT): “Gostaríamos de agradecer a todos os presentes, mas principalmente às pessoas que se propuseram a ser relatores nessa audiência, como Artur de Oliveira Fernandes, Thales André Fernandes, Danilo Silva, Ana Priscila Germano da Silveira, Kellyson Luiz Pinheiro, Myckaella Georggya Maciel, Djaneidy Moraes Gomes, Rodrigo Maia de Oliveira e Sara de Oliveira. Vocês estão fazendo parte de um momento histórico para a cidade de vocês, para o Município de vocês. Tá bom? Obrigada. Queremos agradecer a todos os presentes na terceira audiência pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Major Sales, que teve por finalidade levar ao





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

conhecimento público a consolidação do material que irá compor o Plano Diretor Municipal Participativo de Major Sales. Por fim, agradecemos a presença de todos e damos por encerrada a terceira audiência municipal em Major Sales. Agradecemos a todos os envolvidos no processo deste evento, desde a equipe técnica do PBA 11, do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, aos gestores municipais, aos líderes comunitários e a todos os demais participantes que tornaram este momento possível. Muito obrigada. “

No final do evento, todos se reuniram para registrar a fotografia oficial da Terceira Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Major Sales/RN.

4. ENCAMINHAMENTOS

- Revisão final dos produtos referentes à esta Etapa (final) de Propostas do Plano Diretor Municipal Participativo de Major Sales/RN de forma a compatibilizá-lo totalmente com as contribuições recebidas durante a Terceira Audiência Pública ora em tela.
- Elaboração da Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal Participativo de Major Sales/RN.



5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS

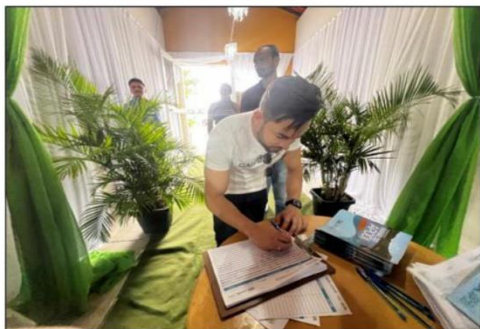


Foto 01: Recepção e entrega de glossários no credenciamento da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. (10/10/2024).



Foto 02: Apresentação cultural na Terceira Audiência Pública em Major Sales/RN. (10/10/2024).



Foto 03: Abertura da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. Fala da Sra. Maria José de Freitas. (10/10/2024).



Foto 04: Abertura da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. Fala do Dr. Thales Fernandes. (10/10/2024).



Foto 05: Abertura da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. Fala do Sr. Rodrigo Maia (10/10/2024).



Foto 06: Abertura da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. Fala da Presidente da

5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Câmara Municipal, Damiana Maria.(10/10/2024).



Foto 07: Abertura da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. Fala da Prefeita Maria Elce (10/10/2024).



Foto 08: Abertura da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. Fala de Klinton Melo (10/10/2024).



Foto 09: Abertura da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. Fala de Camila Andrade (10/10/2024).



Foto 10: Abertura da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. Fala de Renato Angelim do MIDR (10/10/2024).



Foto 11: Apresentação na audiência por João Pereira e seu relator (10/10/2024).



Foto 12: Apresentação na audiência por Klinton Melo e sua relatora (10/10/2024).

5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 12: Apresentação na audiência por Isabelly Carvalho e sua relatora (10/10/2024).



Foto 14: Apresentação na audiência por João Pereira e sua relatora (10/10/2024).



Foto 15: Apresentação na audiência por Darlania Leandro e seus relatores. (10/10/2024).



Foto 16: Foto de encerramento da 3ª Audiência Pública em Major Sales/RN. (10/10/2024).



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO RA APODI

LISTA DE PARTICIPANTES

Data: 10/10/24 Local: Centro Cultural Objetivo 3º AP de Major Sales/RN de Major Sales (R1)

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Thales dos Santos			
Orlando de O. Serravallo			
Marlene Fernandes Ribeiro			
Vanilde Ribeiro Fernandes			
Paula Ségio Amoreira Rorba			
Jorge Santos Martins			
Helgerson Luiz P. Magalhães			
Rodrigue Sampaio Tavares			
Christina de Lira de Amorim			
Maria Belaine J. Cavalcante			
Marize José de Freitas Silva			
Junildo Alves de Oliveira			
Angela Wilma Silva			
Antônio Carlos Tavares			
Adriano M. de L. Silva			
Paulo Brenna De Carvalho			
10 SEATRES			





MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO APODI **LISTA DE PARTICIPANTES**
Data: 10/10/24 Local: Centro Cultural Objetivo 30 - AP de Major Sales RN
Rua Nova Sobe RN

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Milene de Oliveira Santos			
Arthur de A. Fernando			
RENATO COELHO ANGELO			
Isabela Maria T. de Oliveira			
Carla Priscila G. Sales			
Patrícia Silveira da Silva Oliveira			
Fabiana Silveira da Silva			
Thiana et Romualdo Tavares			
Daniela M. Guedes			
Francisca das Chagas M.			
Aneli Toiza de Sousa			
Reserlei Pereira de Vitor Fernandes			
Wenderson Junior Gomes da Silva			
Solange Maria Batista de Silva			
Wagner Guimarães de Souza			
Leandro Ribeiro de Souza			
Clayton G. Rodrigues			





MINISTÉRIO DA
 INTEGRAÇÃO E DO
 DESENVOLVIMENTO
 REGIONAL

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO APODI

LISTA DE PARTICIPANTES

Data 10/10/24 Local Centro Cultural Objetivo 3º AP de Major Sales RN

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Renando Trombador do Sítio			
Marcia de Fátima de Mattos Sousa			
Marcos Afonso de Vasconcelos			
Alfonso Pinto de Moraes Gomes			
Fosé Vital de Sousa			
Imeí Josefa da Bonificação			
Kimela Kuchard meira de Oliveira			
Priscila Mirella Pinto de Moura			
Rosamaria Moura da Silveira			
Brayan Hudson de Costa			
Caroline Feresco Sorensen De Souza			
Francisca Ruyfils de Souza Silva			
Sara Mirella de Oliveira			
Marcelo de Sousa Silva			
Márcia Maria Moura da Silva			
Luciane Maria Farias de Oliveira			
Maria Bernete Fereira de Sousa			





MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO APODI **LISTA DE PARTICIPANTES**
Data: 19/10/24 Local: Quilombo Cultural Objetivo 3º AP de Nova Sólida RN
de Nova Sólida RN

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Idineia Thaina Dinha			
Simone Siqueira			
José Renato da Silva			
José Antônio de Silva			
Francisca Joaquina da Silva			
Paulo Chaves da Silva			
Mykelle Georgete Rodrigues			
FRANCISCA DE ASSIS DA C.			
Luiz Fernando Lima da Rocha			
Geni Antônia da Silva Pereira			
Antônia Ferreira II Mota			
Marya Maria J. Santos			
Cherise Paula Melo			
Luiz Carlos de Santana			
PABLO KAWA TAIANO DO SANTO 2			
Qualitane Soares Mendes			
Caroline B.C. de Andrade			





MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

6. ANEXOS

Anexo I. Lista de Presença

RAMAL DO RA APODI **LISTA DE PARTICIPANTES**
 Data 10/10/24 Local Quilombo Cultural Objetivo 3º AP de Major Sales/RN
 de Major Sales/RN

NOME	INSTITUIÇÃO/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Américo Bezerra L. G.			
Ana Raquel Clementino Costa			
Fabius Junior da Silva			
Cláudia Rêdei Nogueira Formigoni			
Maria Maricéte de S. F.			
Lucas M. P. Fernandes			
Wladimir de M. de M. S.			
Francisco de A. M. T. Fernandes			
Danielle A. J. M.			
Francisco das Graças da Silva			
Francisco Xavier da Silva			
Thaís Patrícia Diniz			
Maria Luíza de F.			
Francisco de A. M. T. Fernandes			
Maria Elce Mafaldo			
Suzanna Mendes de Oliveira Silva			
Steban de Oliveira Silva Mendes			





6. ANEXOS

Anexo II. Link do Vídeo, na íntegra, da 3ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Major Sales/RN

<https://drive.google.com/drive/folders/1eMntn-PuAGpc-NVVJD8Qlqb9GfLsKiU?usp=sharing>

EXPEDIENTE

Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes
Prefeita

Francisco Allan Fernandes Rodrigues
Vice-Prefeito

João Germano da Silveira
Secretário de Administração

Imprensa Oficial do Município de Major Sales
E-mail: domajorsales@gmail.com